

UFRRJ

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO ENSINO
TÉCNICO AGRÍCOLA**

EDUARDO MENDES

2005



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL AGRÍCOLA

CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO ENSINO
TÉCNICO AGRÍCOLA

EDUARDO MENDES

Sob Orientação da Professora
Nádia Maria Pereira de Souza

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em Ciências** em
Educação Profissional Agrícola

Seropédica, RJ

Agosto de 2005

M538 Mendes, Eduardo, 1954-

c Contribuição da educação física para o ensino técnico agrícola
T / Eduardo Mendes. - 2005.
52f.

Orientador: Nácia Maria Pereira de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Instituto de Agronomia.
Bibliografia. F. 45-46.

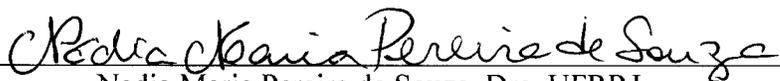
1. Exercícios físicos - Aspectos sociais - Teses. 2. Ensino agrícola
- Aspectos sociais - Teses. 3. Ensino agrícola - Currículos - Teses.
4. Escolas - Exercícios e jogos - Teses. I. Souza, Nácia Maria
Pereira de, 1962- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Instituto de Agronomia. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA

EDUARDO MENDES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Agrícola,
como requisito parcial para obtenção do grau de *Mestre em Ciências em Educação*
Profissional Agrícola.

Dissertação aprovada em 17 de agosto de 2005.


Nadia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ


Lucília Augusta Lino de Paula, Dra. UFRRJ


José Angelo Gariglio, Dr. CEFET-MG

Não, não tenho um caminho novo.

O que tenho de novo é o jeito

De caminhar.

Thiago de Mello

A minha família.

Razão de toda a minha vida...

A minha orientadora, Professora
Doutora Nádía Maria. Capitã do
barco que me conduziu em um
novo mundo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1 Educação Profissional e Competências – Da História a Sala de Aula	5
2.2 O Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR) ..	8
2.3 Pedagogia das Competências no Ensino Médio	11
2.4 A Pedagogia das Competências no Ensino Profissional e o Dec. 2208/97..	12
2.5 Para Além das Competências	14
2.6 A Educação Física no Ensino Profissional	16
2.7 O Profissional de Educação Física no Ensino Profissional.....	17
2.8 “Corporeidade” uma Abordagem para o Ensino Profissional.....	18
2.9 Considerações Sobre o “jogo” na Educação Física Escolar.....	19
2.10 Educação Para a Saúde – Outra Proposta para a Educação Física Escolar	21
2.11 O Processo Ensino-Aprendizagem da Educação Física Escolar no Ensino Agrícola.....	22
2.12 Competição & Jogos Cooperativos	22
2.13 O que aprender em Educação Física?	24
3 MATERIAL E MÉTODOS	26
3.1 Questionário.....	26
3.2 Observação Participativa	26
3.3 Análise de Dados	26
a) Coordenação Motora Geral	27
b) Aptidão Física.....	29
c) Auto-Estima	30
d) Competências Laborais	32
e) Cooperação	34
f) Desenvolvimento Cognitivo	36
g) Valores Ético-Profissionais	38
h) Afetivo-Sociais	39
i) Questão Geral.....	40
5 CONCLUSÕES	42

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
7 LEGISLAÇÃO DE APOIO.....	48
8 ANEXO 1.....	50

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Coordenação Motora Geral	28
Figura 2 - Coordenação motora geral.....	29
Figura 3 - Aptidão Física	30
Figura 4 - Aptidão Física	30
Figura 5 - Opinião dos alunos quanto à influência dos conteúdos relacionados à cooperação, desenvolvidos em aulas, para sua formação.....	32
Figura 6 - Grau de importância sobre os conteúdos relacionados a auto-estima, desenvolvido em aula.....	32
Figura 7 - Competências laboriais.....	34
Figura 8 - Opinião dos alunos quanto à influência dos conteúdos relacionados à cooperação, desenvolvidos em aulas, para sua formação.....	35
Figura 9 - Grau de influência dos conteúdos relacionados à cooperação, desenvolvidos nas aulas.....	35
Figura 10 - Opinião dos alunos sobre a influência dos conteúdos relacionados ao desenvolvimento cognitivo.....	37
Figura 11 - Opinião dos alunos sobre a influência dos conteúdos relacionados a valores e ética profissional.....	39
Figura 12 - Opinião dos alunos sobre a influência dos conteúdos relacionados ao afetivo-social.....	40
Figura 13 - Grau de influência dos conteúdos relacionados ao afetivo-social.....	40
Figura 14 - Opinião dos alunos ao ingressarem no curso técnico.....	41

RESUMO

MENDES, Eduardo. **Contribuição da Educação Física Escolar no Ensino Técnico Agrícola**. Seropédica: UFRRJ, 2005. 51 p. (Dissertação, Mestrado em Educação Profissional Agrícola).

Durante bastante tempo que venho trabalhando com Educação Física Escolar no Ensino Agrícola (Colégio Técnico Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CTUR), realizei diversas experiências no sentido de apresentar aos alunos os mais variados conteúdos existentes no campo da Educação Física Escolar, na perspectiva de contribuir para a formação desses alunos em diversos aspectos, entre os quais o crescimento físico e desenvolvimento psicomotor adequado à sua faixa etária, a sua interação social, a sua formação profissional (incluindo aí as chamadas “competências”), a sua formação cidadã, e o seu desenvolvimento intelectual. Muitos questionamentos foram surgindo, na medida em que se tentava avançar cada vez mais na Educação Física Escolar, entre os quais os seguintes: A Educação Física Escolar contribui para a formação do Técnico Agrícola? Como a Educação Física Escolar pode contribuir na construção das “competências” para o Técnico agrícola?

Esse trabalho objetiva analisar as possíveis contribuições da Educação Física Escolar no Ensino Agrícola. Para isso, percorre vários caminhos pertinentes a esse assunto e faz um estudo das respostas do questionário aplicado aos alunos do ensino técnico, sobre alguns conteúdos desenvolvidos em aulas práticas realizadas com esses alunos. Propõe mudanças político-pedagógicas, principalmente naqueles temas que foram objeto de discordância pelos alunos.

Palavras-Chaves - Educação Física Escolar, Educação Profissional Agrícola, formação integral, jogo, competências, representações sociais.

ABSTRACT

MENDES, Eduardo. **Contribution of Physical Education School from the formation of the Farming Technician.** Seropédica:UFRRJ, 2005. 51 p. (Dissertação, Mestrado em Educação Profissional Agrícola).

Many experiments have been made to introduce the varieties of existing tendencies on Physical Education aiming to contribute with formation for students of Farming at High School level at Colégio Técnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro CTUR, for a long time. Some questions have been risen along as we tried to progress on the Physical Education, such as: What contributions would be given by Physical Education to the formation of a technician? Does Physical Education contribute for the formation of the student? How can Physical Education contribute to build the habilities of a technician? Which pedagogy approaches or tendencies of Physical Education would better cooperate with the total formation of the Farming Technician? This work has the intention to present some ways Physical Education can pursue, in the world of Farming Teaching, aiming to contribute for the construction of a technician and human qualities needed to place those students in the market. For that reason, it goes through many ways about the subject and studies the answers of a survey applied to students of the technical high school, on some subjects developed in practical classes with these students. It suggests political pedagogic changes, specially in those themes that the students disagreed.

Key-Words – School Physical Education, total formation, game, skills, social leader. Professional Farming Education.

BIOGRAFIA

Este trabalho é fruto de uma trajetória que se iniciou quando obtive graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1977. No mesmo ano ingressei como Professor de Educação Física concursado no Município do Rio de Janeiro. Em 1980 fui aprovado em 1º lugar entre mais de mil candidatos no concurso para Professor de Educação Física do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP- MEC. Nesse mesmo ano fui convidado para Professor da disciplina de Natação da Universidade na qual me formei, não aceitando por motivo de acumulação de cargos.

Em 1981, concluí os estudos de Pós-Graduação em Educação Especial ao nível de Especialização na PUC –RJ e, em 1983, em Futebol pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Após nove anos de trabalhos com Educação Física Escolar na área de Educação Especial, obtive transferência para o COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – CTUR- UFRRJ.

Concomitante ao trabalho de Educação Física no Ensino Público, tive oportunidade de vivenciar outras atividades em Educação Física, a saber: Professor de Tênis do Clube de Oficiais da Vila Militar; Coordenador de Natação do Jequiá Iate Clube RJ e Clube Regatas Icaraí RJ, Personal Training, além de coordenar e trabalhar em várias Colônias de Férias Públicas e Privadas.

A vivência como Professor do Ensino Médio e Fundamental desde 1977 me proporcionou várias experiências importantes para a minha vida profissional, entre as quais a descoberta de um aluno com excepcionais qualidades psicomotoras, com o nome de ROBSON CAETANO, numa Escola Pública da periferia do Rio de Janeiro, e que depois de pouco tempo de treinamento comigo já ele despontava como um futuro grande atleta.

Como Professor do CTUR, além de continuar trabalhando com Educação Física Escolar, tive a oportunidade de vivenciar o mundo acadêmico da Universidade Rural, onde fui convidado pela Reitoria para lecionar as disciplinas de “Aprendizagem Motora e Educação Física Escolar”, além de participar da Orientação de Estagiários de Educação Física desta Universidade desde 1999.

Atualmente continuo como Professor de Educação Física do CTUR – UFRRJ, participo da orientação dos Estagiários do curso de Educação Física sob supervisão do Instituto de Educação (IE –UFRRJ) e sou aluno do Mestrado em Educação Profissional Agrícola desta Universidade. No CTUR, desenvolvo trabalhos na área de Educação Física Escolar no Ensino Técnico de Agropecuária Orgânica, no Ensino Médio e Hotelaria desde 1989. ¹

Procurei escolher um tema para minha dissertação que fosse o mais pertinente possível, levando-se em consideração a minha trajetória profissional e, ao mesmo tempo, o mais próximo possível do perfil desse mestrado (Educação Profissional Agrícola).

¹ Os cursos de Agropecuária Orgânica e Hotelaria eram chamados de Técnico Agrícola e Economia Doméstica até o ano de 2002.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa “Contribuições da Educação Física Escolar no Ensino Técnico Agrícola” começou a tomar corpo nas “Semanas Pedagógicas” do Mestrado em Educação Profissional Agrícola (UFRRJ), realizadas todos os meses, durante uma semana inteira em tempo integral (2003 e início de 2004), em que se oportunizou vivenciar vários temas ligados à Educação Profissional Agrícola e à Educação de uma maneira geral, principalmente os que abordavam à educação como um processo a ser desenvolvido, considerando o indivíduo como um ser uno, total.

A Educação Física Escolar demonstrou ser a área de estudo dentro da Educação Física que mais se aproximou das linhas filosófico-pedagógicas propostas por esse Mestrado. Portanto, considerou-se a Educação Física Escolar, objeto desse estudo, como uma área de conhecimento extremamente privilegiada, uma vez que tem como objetivo o desenvolvimento do indivíduo em vários aspectos: psicomotores, cognitivos, culturais e afetivo-sociais.

Nesse sentido, a questão central dessa pesquisa foi a seguinte: Existem contribuições da Educação Física Escolar para a construção das “competências” necessárias à formação do Técnico Agrícola?

No sentido de encaminhar essa reflexão, torna-se importante compreender que as dimensões da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas referem-se aos direitos dos alunos conhecerem e terem acesso a manifestações e expressões culturais que constituem a tradição da Educação Física. Essas manifestações são tematizadas nas diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta, da dança e de outras formas de movimento.

Na perspectiva da Educação Física Escolar, a prática das manifestações e expressões culturais do movimento humano são orientadas para a formação, a prevenção, a proteção e a recuperação da saúde; para a formação cultural, para a educação e reeducação motora, para o rendimento físico-desportivo, para o lazer; bem como para a prática dos exercícios decorrentes das atividades físicas. Enfim, o objetivo principal do oferecimento da Educação Física Escolar numa instituição de ensino é possibilitar aos alunos o acesso a qualquer manifestação cultural que possa contribuir para o seu desenvolvimento como um todo.

Nas últimas duas décadas, muito se tem discutido no meio educacional sobre “competências”, especialmente no Ensino Profissional. Essa discussão tem estado presente também em outras esferas da sociedade que, de alguma forma, estão envolvidas com o tema educação/trabalho, as quais apontam para a necessidade do egresso do ensino profissional se apresentar ao mercado de trabalho com determinadas “competências”. Essas competências relacionadas às qualidades humanas e às qualidades técnicas gerais e específicas de cada área, de uma maneira geral, envolvem: criatividade, capacidade de visualização para resolução de problemas, autonomia, ações psicomotoras, pensamento crítico, responsabilidade, cooperação, capacidade de trabalhar em equipe, capacidade de tomada de decisões e adaptabilidade às situações novas.

O termo “competências” tem sido evidenciado desde a construção da LDBN 9394/1996 (Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e inserida no próprio corpo da Lei. Essa LDB tem no seu conteúdo “a educação profissional de nível técnico e o desenvolvimento de competências profissionais para a laborabilidade”. Entretanto foi a partir do Decreto 2208/1997 (regulamenta os artigos 30 a 42 da LDBN 9394/96) e de suas

respectivas regulamentações, que essa nova denominação tomou corpo, instituindo, entre outros aspectos, o perfil dos egressos do Ensino Profissional” (BRASIL-1996).

Apesar desse decreto ter uma abrangência bastante significativa em relação ao Ensino Profissional, ele tem sido objeto de críticas no meio acadêmico, principalmente pelo fato de estabelecer sistemas diferenciados para o Ensino Médio e a Educação Profissional, contribuindo ainda mais para a separação conceitual e operacional entre a Educação Média e a Profissional.

A princípio tentou-se buscar as relações que poderiam existir entre a Educação Física Escolar e as “competências laborais”, segundo o “perfil de competências” exigidas pelo Decreto 2208/97.

Entretanto, a Educação Profissional requer muito mais que a formação técnica específica para cada “fazer”. Para enfrentar os desafios dos dias de hoje, o trabalhador necessita, além das suas competências específicas, de uma boa formação geral.

No documento “Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica” publicado pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC – MEC, 2003), constata-se que os pressupostos específicos da Educação Profissional têm uma abrangência ainda maior que a proposta anterior apresentada no Dec.2208/97. Verifica-se também que a proposta em questão apresenta bastante semelhança com os pressupostos pedagógicos da Educação Física Escolar, objeto desse estudo.

O documento em questão, além de outros aspectos importantes, procura resgatar o elo que havia entre o Ensino Profissional e o Ensino Médio, de uma certa forma rompido com a promulgação do Dec. 2208/97.

A retomada desse elo, previsto no documento em questão, é efetivado através do Decreto 5154 de 23/07/2004, que institui novas diretrizes para o Ensino Profissional. O decreto tem como uma das diretrizes considerar a educação de forma global, em que o aluno é visto como um todo, um ser uno, indissociável, necessitando tanto da formação geral quanto da formação profissional técnica para exercer plenamente a sua cidadania. Nesse sentido, a Educação Física Escolar, a partir desses pressupostos, está plenamente inserida nesse contexto, visto que um dos seus objetivos mais importante é a formação dos alunos de uma maneira global, considerando todas as suas possibilidades.

No capítulo dois foram analisados os antecedentes históricos relacionados ao Ensino Profissional desde o Brasil-Colônia até os dias de hoje. Em relação ao Ensino Profissional de uma maneira geral, foram considerados alguns aspectos importantes ligados desde a sua criação até os dias de hoje, e uma análise um pouco mais detalhada sobre o Decreto 2208/97¹ e suas influências no cotidiano do Ensino Profissional.

Sobre “competências,” foram feitas algumas considerações importantes, visto que esse tema fez parte da legislação do Ensino Profissional e está intimamente ligado aos pressupostos teóricos do Dec. 2208/97.

Para além das “competências” surgiu como grande fio condutor dessa pesquisa o documento “*Propostas de Políticas Públicas para o Ensino Profissional*” (SEMTEC-MEC-2003) e o *Decreto 5154/2004*, os quais abordam entre outros aspectos, o resgate de alguns artigos da LDB 9394/1996 relacionados à importância da formação geral para o ensino profissional, ressaltando-se que no Decreto 2208/97 praticamente pouca importância foi dada à formação geral.

¹ O Decreto 2208, de 17/04/97, in: Diário Oficial da União, 18/04/97 a. , regulamenta os artigos 30 à 42 da LDB – O Decreto institui uma série de medidas relacionadas às políticas para a Educação Profissional.

Foram principalmente pelas argumentações teóricas existentes nesses documentos (Propostas de políticas Públicas para o Ensino Profissional e Decreto 5154/2004)² que foi possível fazer uma correlação entre a Educação Física Escolar e o Ensino Técnico Agrícola.

Ainda no capítulo dois, em relação à Educação Física Escolar especificamente, foram feitas algumas análises dos temas que foram considerados mais pertinentes no seu cotidiano e que de alguma forma poderiam se relacionar ao Ensino Técnico Agrícola. Entre os quais, podemos citar: o jogo, a recreação, as atividades desportivas, os jogos cooperativos, a competição, a influência da “corporeidade” na formação do aluno, a aptidão física na adolescência, o processo de ensino aprendizagem no ensino agrícola, a atuação do profissional de Educação Física em relação a esses conteúdos, entre outros temas.

Procurou-se mostrar nesse capítulo a importância da “corporeidade”³ na fase da adolescência, visto que as atividades realizadas utilizando esse tema tem a finalidade de proporcionar o intercâmbio afetivo, social e motor com o “outro”, trabalhando assim, as manifestações mais profundas que envolvem o relacionamento humano.

Procurou-se demonstrar também nesse capítulo a importância da Educação Física Escolar frente a uma realidade distorcida da sociedade, em que são estimulados a competitividade exacerbada e o individualismo acentuado, pois se nota que as aulas de Educação Física Escolar têm assumido quase que exclusivamente um caráter de treinamento ou de adestramento do movimento corporal, tendo por finalidade a obtenção de melhores resultados tanto nas competições internas da escola, quanto em competições com outras instituições; por isso, dedicou-se especial atenção aos “jogos cooperativos” como uma das alternativas fundamentais de atividades para os alunos, em oposição às “competições” (do jeito que essas competições têm sido realizadas no meio escolar).

Buscaram-se também subsídios importantes nos conteúdos da legislação anterior (Decreto 2208/97), principalmente nos temas relacionados às “competências laborais” para o Ensino Técnico Agrícola.

No capítulo três a presente investigação procurou analisar as possíveis contribuições da Educação Física Escolar no Ensino Técnico Agrícola. Como uma das estratégias para essa investigação, foi elaborado um Diagnóstico de Observação, sob a forma de questionário.

O questionário que integra o Diagnóstico de Observação foi aplicado em 28 alunos da 3ª série do curso de Agropecuária Orgânica, portanto alunos mais próximos do mercado de trabalho. O objetivo desse instrumento foi de colher dados sobre as possíveis influências das atividades realizadas durante as aulas de Educação Física Escolar na formação desses alunos. O questionário abordou principalmente os aspectos relacionados a auto-estima, competências laborais: desenvolvimento cognitivo, aptidão física, cooperação, coordenação motora, etc...

No capítulo quatro foram feitas a análise de dados desse questionário. Cada um dos temas apresentado aos alunos contém as devidas definições e seus autores, além das suas argumentações teóricas. Ao final, são feitos os comentários sobre as respostas dos alunos.

² Um dos pontos principais desse documento é a articulação do Ensino Profissional com o Ensino Médio além do esclarecimento para a sociedade da importância da “modernização econômica” interferir no processo educativo, levando-se em consideração o desenvolvimento social também.

³ O estudo do “corpo” e sua “corporeidade” estão contemplados em vários capítulos, bem como a importância da motricidade e a influência do meio para o desenvolvimento do indivíduo.

No capítulo cinco, são feitas as conclusões levando-se em consideração, além dos principais aspectos dessa dissertação, a relevância social de um programa de Educação Física Escolar no Ensino Técnico Agrícola.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Educação Profissional e Competências – da História a Sala de Aula

Para entender melhor o Ensino Profissional e sua origem, é necessário ir um pouco mais além e levar em consideração vários aspectos. Além dos antecedentes históricos, deve-se analisar também as representações sociais⁴ que a sociedade brasileira construiu ao longo dos anos em relação ao Ensino Profissional e à influência do mundo capitalista nas políticas educacionais relacionadas com o Ensino Técnico.

Sob o aspecto das representações sociais em relação ao ensino profissional, é importante ressaltar que a sociedade brasileira manteve no seu imaginário popular, durante longo tempo, a noção de que o trabalho que dependesse de força física era destinado somente às classes menos favorecidas. Somente aos escravos, índios e aos desafortunados eram destinados esses tipos de trabalho. O próprio termo “trabalho” tem sua origem associada ao “tripalium” - instrumento usado para tortura, sofrimento DANTAS (2003).

A história do ensino profissional vem desde a época Colonial. Nesse período, utilizava-se o trabalho escravo dos índios e dos negros. Os primeiros núcleos de formação profissional surgiram nos colégios e residências dos Padres Jesuítas, através das “escolas oficinas”.

O sistema educacional existente no país era organizado e gerido pelas Ordens Jesuítas, num sistema conhecido como *Ratio Studiorum*, destinado aos filhos de colonos e à preparação de futuros sacerdotes.

Segundo GADOTI (2000) citado por DANTAS o *Ratio Studiorum* era um plano de estudos efetivado por Inácio de Loyola, de métodos e base filosófica dos Jesuítas e representava o primeiro sistema organizado de educação católica.

Segundo (DANTAS-2003), o período Imperial é caracterizado pela educação profissional oferecida aos chamados “desvalidos” (órfãos, menores abandonados etc...). Uma das mais importantes instituições para esse fim foi o Seminário dos Órfãos da Bahia.

A autora declara:

“No final do período Imperial, o ensino agrícola profissional e o ensino agrícola superior já existiam, embora com pouco apoio do Estado. A sua organização foi marcada pela descontinuidade e por interesses políticos. Em 1864 havia oficialmente no ensino agrícola 28 alunos (14 na escola de agricultura do Pará e 14 na escola de agricultura do Maranhão)”.

Em 1910 é publicado o Decreto nº 8319. Segundo OTRANTO (2003), esse decreto é considerado um marco na política agrônômica do país, com 511 artigos que descrevem toda a regra do ensino agrônômico. Esse mesmo decreto cria a Escola Superior de Agricultura e

⁴ Representação Social é uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto, que pode ser de natureza social, material ou ideal. Considera-se esse saber prático uma modalidade de conhecimento particular que tem por função exclusiva a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos na vida cotidiana. Representar uma coisa não é simplesmente duplicá-la, repeti-la ou reproduzi-la; mas sim reconstruí-la, retoca-la e modificar-lhe o texto, portanto o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar em familiar MADEIRA s/data UCP – RJ.

Medicina Veterinária (ESAMV), que deu origem à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).”

Durante o Estado Novo o ensino profissional se caracterizou por legitimar a divisão social do trabalho, através da separação do ensino secundário destinado às elites e do ensino profissional destinado às classes menos favorecidas.

Nos anos 60, a ideologia de cunho produtivista, instalada particularmente após o golpe militar de 1964, facilitou os convênios de organismos Internacionais como a USAID (United Agency for International Development), para financiamento de programas do MEC

Na década de 70 é promulgados a Lei 5692/71, com o objetivo de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (LDB, 5692/71, art. 1). O ensino de 2º grau, como passou a ser chamado, substitui a pseudo-equivalência entre o secundário e o propedêutico da Lei anterior (LDB 4024/61) pela obrigatoriedade da habilitação profissional para todos que cursarem o 2º grau.

Segundo KUENZER (1992), o Ensino Profissional tratado na lei 5692/71 vai ao encontro do modelo político econômico do regime militar proposto para o Ensino Médio, despolitizando-o, através de um currículo de cunho extremamente tecnicista, com objetivos claros de atender principalmente à produção. Nessa década, os princípios da Lei 5692/71 são colocados em prática através do Sistema Escola-Fazenda (sistema de ensino instituído na maioria das escolas agrícolas, que tinha, como objetivo principal, a produção). Era mantido e gerido ideologicamente pelos organismos internacionais de crédito (Banco Mundial, Banco Interamericano etc.). Na prática, esse sistema consistia na introdução “pesada” de defensivos agrícolas de alto poder de destruição.

No final dos anos 80 e início de 90 acentuaram-se as discussões entre as possibilidades de mudanças nas legislações referentes ao Ensino Profissional. Entre os educadores que transitam na área de educação e trabalho fica clara a existência de escolas diferenciadas. Sobre esse aspecto, ZAIMCO (1992, p. 19), citado por DANTAS (2003) afirma:

“De um lado é possível encontrar um grupo constituído por escolas predominantemente voltadas para atividades intelectuais, e, de outro, um grupo de escolas que procuram, principalmente investir na aplicabilidade prática de conhecimentos básicos. De um lado, o ensino acadêmico e propedêutico, tendo em vista a formação de dirigentes. De outro, um ensino profissional e terminal, organicamente voltado para o mundo do trabalho e destinado a camadas mais inferiores”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996), no seu art. 39 estabelece que:

“A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva”.

A lei evidencia também que o educando será preparado para o trabalho e para a cidadania.

Nesse mesmo período, é publicado o Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997, regulamentando, entre outras providências, os artigos da LDB de 39 a 41, para a rede federal de educação tecnológica. O decreto em questão regulamenta os artigos da lei que se refere ao Ensino Profissional e o separa do Ensino Médio colocando-o em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Nesse mesmo ano é criado o PROEP - Programa de Expansão do Ensino Profissional. Os termos “módulos” e “competências” são frequentemente introduzidos nessa nova configuração do Ensino Profissional. Os módulos constituem-se no agrupamento de disciplinas e poderão ter um caráter de terminalidade. O modelo de competências passa a substituir a noção de qualificação anteriormente institucionalizada.

O curso Técnico passou a funcionar por sistema de “módulos”, e foram elaborados os “perfis finais de conclusão” de cada curso, conforme orientação da Resolução 03 e 04 CNE/CEB, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Técnico em 2000, pela SEMTEC/MEC.

As competências profissionais para o Ensino Técnico-Agrícola são relacionadas na Resolução nº04 da referida reforma. Essas competências compreendem atividades de produção animal, vegetal, paisagística e agroindustrial, estruturadas e aplicadas de forma sistemática para atender as necessidades de organização e produção dos segmentos da cadeia produtiva do agronegócio, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Em relação a esse decreto (2208/97) têm-se manifestado insurgências de vários autores, segundo Kuenzer (1999), Dantas (2003) entre outros, esse Decreto traz no seu conteúdo uma forte tendência produtivista, subjuga o Ensino Profissional às políticas das grandes empresas e desvincula o Ensino Médio do Ensino Profissional.

Na prática, o Decreto foi efetivado através do PROEP (Programa de Educação Profissional). Esse programa tinha como uma das principais metas um forte investimento nas Instituições Federais de Ensino Técnico e Tecnológico com recursos oriundos de organizações internacionais (BANCO MUNDIAL, BANCO INTERAMERICANO,

FMI ...) . Apesar de a maioria dessas IFEs aceitarem as determinações do PROEP, o CTUR não concordou com vários itens desse programa, instituindo apenas o sistema de módulos sugerido pelo Decreto 2208/97.

Em 2003, o MEC propõe mudanças na educação profissional e tecnológica e, através de contribuições de vários profissionais que há duas décadas discutem esse tema, publica o documento “Propostas de Políticas Públicas para o Ensino Técnico e Tecnológico (MEC-SEMTEC, dez 2003) e, como consequência, o Decreto 5154/04, instituído segundo essas novas políticas, esse decreto busca resgatar a articulação do Ensino Técnico de Nível Médio com o Ensino Médio. A partir de 2005, os alunos poderão cursar disciplinas do ensino médio junto a disciplinas do ensino técnico, ou escolherem fazer um nível de ensino após ter concluído o outro”.

O decreto em questão tem como pontos principais: a articulação da educação profissional com a educação básica; a promoção e a interação da educação profissional e tecnológica com outras políticas públicas; a recuperação do poder normativo da LDB (nos artigos que tratam da Educação Profissional); a reestruturação do sistema público de Ensino Médio e Técnico e da Educação Profissional, entre outros aspectos.

Em relação à história do ensino profissional em nosso país, é importante ressaltar que somente na última década têm-se intensificado os debates sobre educação/trabalho entre as instituições de ensino e o empresariado. No entanto esses debates não tem apresentado resultados satisfatórios no que diz respeito à melhoria do ensino profissional.

É possível que as dificuldades de se encontrarem soluções viáveis para a problemática do ensino profissional se explique pela forte pressão que o Capital tem exercido ao longo dos anos nas instituições de ensino em tentar submeter o ensino profissional às suas ideologias de cunho unicamente produtivista.

Com relação ao documento “NOVAS PROPOSTAS PÚBLICAS PARA O ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO (SEMTEC-2003)”, e o Decreto 5154/04, o CTUR ainda não iniciou essas discussões. Conforme o Conselho de Professores realizado no dia 12 de agosto de 2005, essas discussões se iniciarão em Setembro próximo, inclusive com a presença da Vice Reitora da UFRRJ, Profa Ana Dantas

A Educação Física no CTUR não se modificou com a publicação do Decreto 2208/97. Atualmente pretende-se fazer discussões sobre o papel da Educação Física na formação dos alunos do Ensino Profissional frente às novas políticas (Decreto 5154/04).

2.2 O Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR)

O Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro tem sua origem na década de 1940. Denominado inicialmente Colégio Agrícola Ildefonso Simões Lopes, esteve vinculado ao Ministério da Agricultura até o ano de 1968. Em 1971 integrou-se à UFRRJ, pelo Decreto No 50133. Em 1972 foi fundido ao Colégio Técnico de Economia Doméstica, tendo sido criado pelo Artigo 125 do novo Estatuto da Universidade o Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR/UFRRJ), que manteve a tradição dos dois anteriores, oferecendo as mesmas habilitações técnicas: Agropecuária e Economia Doméstica.

É uma instituição de Ensino da Rede Federal de Educação Tecnológica, diretamente subordinada à Vice-Reitoria.

Tabela 1 . Número de alunos que se formaram por curso CTUR/UFRRJ (2004).

CURSO	Nº DE ALUNOS FORMADOS
Ensino Médio	89
Agropecuária Orgânica	21
Hospitalidade (Habilitação Hotelaria)	18
Concomitante Ensino Médio e Hospitalidade (habilitação Hotelaria)	110
Concomitante Ensino Médio e Agropecuária Orgânica	263
TOTAL	501

Localizado no Município de Seropédica/Rj, na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, o Colégio Técnico oferece atualmente os cursos técnicos em Agropecuária Orgânica e Hospitalidade com habilitação em Hotelaria, Concomitantes ao Ensino Médio,

além de turmas exclusivas do Ensino Médio. Nas tabelas 1 e 2 pode-se observar o nº de alunos formados por curso e o número de docentes no CTUR/UFRRJ em 2004.

Tabela 2 . Número de professores lotados, por curso, CTUR/UFRRJ -2004.

CURSO	Nº DE PROFESSORES
Ensino Médio	28
Agropecuária Orgânica	15
Hospitalidade (Habilitação Hotelaria)	07
TOTAL	50

O Colégio Técnico da Rural se organiza em Divisões e Coordenações, as quais são escolhidas pela Direção da Escola, e suas atribuições principais são as seguintes:

DIREÇÃO

- Promover o ingresso dos alunos;
- Requisitar recursos humanos e materiais;
- Representar a instituição em atividades internas e externas;
- Presidir os Conselhos de Classe e de Professores.

DIVISÃO DE ASSUNTOS PEDAGÓGICOS

Planejar, orientar e acompanhar o processo didático-pedagógico em todas as suas fases, a fim de assegurar a organização curricular e o entrosamento da programação de áreas afins;

Aprovar e acompanhar a aplicação dos planos de ensino das disciplinas;

Acompanhar o aproveitamento escolar de cada turma e manter estreita relação com a Divisão de Assuntos Estudantis, com os Coordenadores e docentes, a fim de verificar as eventuais causas de pouco rendimento e tomar as providências necessárias para a integração dos alunos no regime escolar;

Providenciar a elaboração de Figuras relativa à apuração de notas bimestrais de cada turma, por disciplina, para análise junto à Divisão de Assuntos Estudantis;

.Promover o aperfeiçoamento didático-pedagógico do corpo docente, criando oportunidades de reciclagem e atualização.

DIVISÃO DE ASSUNTOS GERAIS

Orientar e supervisionar as ações docentes e discentes, comunicando à Direção qualquer infração às normas vigentes;

Trabalhar harmonicamente com a Direção do Colégio e as Divisões de Assuntos Pedagógicos e Assuntos Estudantis, procurando estabelecer uma ação integrada do processo educativo;

Colaborar com a administração na elaboração dos horários de aulas e provas e nos exames de seleção.

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO ESCOLA EMPRESA

Planejar e promover estágio para os alunos, com a colaboração dos responsáveis pelas áreas de ensino da Divisão de Assuntos Pedagógicos;

Manter o intercâmbio com entidades empresariais, tendo em vista o estágio profissional.

COORDENAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Planejar, orientar e fiscalizar as atividades das disciplinas que compõem o Núcleo Comum;

Promover a aproximação das disciplinas entre si, estimulando o processo interdisciplinar;

Propor mudanças, quando necessárias, no processo ensino-aprendizagem de cada disciplina;

Acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos propostos pelos professores nas suas respectivas disciplinas.

COORDENAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA ORGÂNICA

Essa Coordenação tem as mesmas atribuições da Coordenação do Ensino Médio, obedecendo às suas características específicas da área técnica.

COORDENAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL TÉCNICO EM HOTELARIA

Essa Coordenação tem as mesmas atribuições da Coordenação do Ensino Médio, obedecendo às suas características específicas da área técnica.

COORDENAÇÃO DE SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Acompanhar e orientar o desenvolvimento dos alunos sob vários aspectos: rendimento acadêmico, relacionamento interpessoal etc...

Dentro da Administração do CTUR, completam o esquema funcional anteriormente descrito:

- 1 Secretaria Administrativa
- 2 Serviços Auxiliares
 - 2.1 Zeladoria
 - 2.2 Almoxarifado
 - 2.3 Controle Disciplinar

Após a publicação da Lei 9394/96, assim como na Legislação referente à reforma da educação profissional (Decreto 2208/97), o Colégio Técnico vem reestruturando seus cursos, com o objetivo de atender às demandas socioeconômicas, além de mostrar-se como uma opção interessante na busca da empregabilidade. O sucateamento dos cursos de Ensino Médio da Rede Pública Estadual tem promovido um aumento da procura pela educação

profissional, aumentando o desafio dos administradores da Instituição na elaboração de um projeto político-pedagógico que atenda as demandas emergentes.⁵

Atualmente no CTUR são oferecidos os cursos de Técnico de Nível Médio em AGROPECUÁRIA ORGÂNICA e HOTELARIA, com concomitância interna (aos que pretendem cursar o Ensino Médio no próprio colégio) e concomitância externa (para aqueles que já possuem o Ensino Médio e/ou pretendem cursá-lo em outro estabelecimento de ensino), além do Ensino Médio Regular, que oferece exclusivamente o Ensino Médio.

2.3 A Pedagogia das Competências no Ensino Médio

A legislação que ampara o Ensino Médio (Lei 9394/96) tem como característica principal reorientar as práticas pedagógicas que eram feitas, quase que exclusivamente, em torno da transmissão de conteúdos. Todo o currículo está apoiado nas chamadas “competências básicas”. A idéia dessa prática é dar significado ao conhecimento, evitando a compartimentalização através da contextualização e da interdisciplinaridade, articulando conhecimentos e competências com o objetivo do trabalho e da cidadania PCNs – ENSINO MÉDIO –MEC.

Dentre os conhecimentos básicos a serem adquiridos no Ensino Médio, está a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas à área de atuação.

Segundo os PCNs – Ensino Médio:

“Os estabelecimentos de Ensino Médio devem ter como princípio oferecer aos alunos a formação geral, o desenvolvimento da capacidade de pesquisar e buscar informações, a capacidade de aprender e continuar aprendendo, o estímulo à criatividade e a criticidade em relação aos conteúdos oferecidos”.

A oferta do Ensino Médio é obrigatória e progressiva e é dever do Estado. Segundo essa Lei, o ensino médio deverá vincular-se ao mundo do trabalho e prática social (art.1º § 2 da Lei 9394/96). Segundo DEMO (1997) a lei estabelece quatro pontos importantes que devem permear todo o ensino médio:

“A formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessários à integração de seu projeto individual ao projeto de sociedade em que se situa”;

O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

⁵ O CTUR ainda não se estruturou para acompanhar as mudanças do Ensino Profissional promovidas pela edição do Decreto 5154/2004. Passamos por um processo de Eleição para Diretor que durou mais de seis meses (agosto de 2004 à março de 2005). Atualmente, com a nova Direção, os docentes aguardam pela oportunidade de participarem de discussões político-pedagógicas que visem a adequação (ou não), do Colégio a essa nova realidade.

A preparação e orientação básica para sua integração ao mundo do trabalho com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo;

O desenvolvimento das competências para continuar aprendendo de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos “.

Dessa forma, as competências básicas para serem desenvolvidas no Ensino Médio seriam: capacidade de abstração, desenvolvimento do pensamento sistêmico e divergente, capacidade de trabalhar em equipe, disposição de procurar e aceitar críticas, saber comunicar-se, capacidade de buscar conhecimento, entre outras.

DEMO (1997) critica a Lei por achar que ela demonstra ainda estar atrelada às ideologias dominantes, declara “a LDB 9394/1996 denota uma visão relativamente obsoleta da educação, uma vez que revive a idéia ultrapassada do Ensino Tradicional”. Segundo o autor, essa idéia permeia a lei em vários artigos e parece transparecer uma tentativa da elite manter, de uma certa forma, a ignorância da população.

TEDESCO (citado pelos PCNs Ensino Médio –1999), vê, na aquisição das competências exigidas no Ensino Médio e Profissional, um novo paradigma. Para o autor, estamos num momento histórico inédito, no qual as qualidades para o desenvolvimento produtivo que os alunos necessitam seriam idênticas àquelas necessárias para o desenvolvimento social do cidadão.

A Educação Física Escolar tem uma relação muito estreita com os principais objetivos da LDB 9394/96, no que diz respeito ao Ensino Médio, uma vez que ambas reforçam a idéia da Educação Geral, propondo o desenvolvimento do aluno como um todo.

2.4 A Pedagogia das Competências no Ensino Profissional e o Dec. 2208/1997

As competências de um modo geral seriam as operações mentais cognitivas, sócio-afetivas ou psicomotoras que deveriam ser construídas pelos estudantes, tendo como conteúdos as habilidades, as bases tecnológica, as bases científicas e as bases instrumentais. A noção de “competências” está introduzida na LDB 9394/96 e ratificada no Dec. 2208/1997, que regulamenta os artigos 30 a 42 da LDB (Portaria/MEC no 646/97, Portaria/MEC no 1005/97, Portaria MEC/ Mtb no 1018/97, e Lei Federal no 9649/98).

A integração da noção de competência à reforma educacional inicia-se legalmente com a aprovação da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No seu conteúdo, a educação profissional de nível técnico e o desenvolvimento de competências profissionais para a laborabilidade têm, como princípio:

“A capacidade de articular mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”. (BRASIL. CNE/CEB, Resolução nº 04/99 artigo 6).

Segundo KUENZER (2001), a reforma proposta no Decreto 2208/97 desvincula a formação geral da profissional e retira-lhe o conteúdo de formação básica, com o objetivo de atender às necessidades imediatas do mercado de trabalho.

O decreto tem como objetivo formar técnicos de nível médio, tecnólogos de nível superior, especializar e aperfeiçoar o trabalhador; qualificar e requalificar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade, para sua inserção no mercado de trabalho. Os cursos técnicos podem ser feitos de forma concomitante ou após a sua conclusão, ou então por disciplinas ou módulos.

O decreto refere-se à noção de “competências” identificadas em forma de perfil de competências que caracteriza o profissional de nível técnico da respectiva área.

Financiado por órgãos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano etc.), o Decreto 2208/97, através do PROEP (PROGRAMA DE EXPANSÃO DO ENSINO PROFISSIONAL), deixa nítida a histórica separação entre o Ensino Profissional – destinado às classes menos favorecidas e o Ensino Médio, destinado às camadas médias e altas. Por essa razão podemos inferir que o Dec. 2208/97 não considera importante à formação geral. Demonstra que a Educação Básica não é importante para a formação do indivíduo. Esse tipo de abordagem nesse decreto parece ser própria das ideologias das classes dominantes, tendo como pano de fundo o neoliberalismo, como instrumento de manutenção da desigual distribuição dos bens materiais, simbólicos e de poder político, através de uma articulada teia de estratégias culturais orientadas a impor e construir novos significados sociais e hegemônicos. O decreto em questão parece estar de acordo com as lógicas neoliberais, que submetem à educação ajustes e mudanças orientadas para atender as exigências do mercado de trabalho. Esses tipos de argumentações têm norteado a formulação de políticas públicas no Brasil e em diversos países em desenvolvimento (DANTAS, 2003). É importante ressaltar a influência do neoliberalismo nas políticas educacionais no Ensino técnico, uma vez que essa política traz no seu bojo o aumento do individualismo, acentuando as diferenças. Nesse contexto, vale refletir o papel da escola face à proposta neoliberal, uma vez que essa proposta concebe a desigualdade como algo necessário, e a escola ratifica essas desigualdades a partir do momento que propõe a “educação para a produtividade”.

Voltando à questão da “competência”, pode-se inferir que ela não é um consenso. Segundo Philippe Perrenoud, doutor em sociologia e antropologia e professor da Universidade de Genebra.(1999), em sua obra “Construir competências desde a escola”, a abordagem por competências é uma maneira de levar a sério um problema antigo: o de transferir conhecimentos.

PERRENOUD (1999 P. 38) em seu livro “construir competências desde a escola”, começa com o seguinte questionamento:... “Vai-se à escola para adquirir conhecimento ou para desenvolver competências?... Para ZARIFIAN (2001P.) a competência é”:

“A capacidade que os trabalhadores têm de enfrentar situações e acontecimentos próprios de um campo profissional, com iniciativa e responsabilidade, guiadas por uma inteligência prática do que está ocorrendo e coordenando-se com outros atores para mobilizar suas próprias capacidades”.

As competências podem se apresentar diferentemente com maior ou menor especificidade, dependendo dos níveis e áreas trabalhados: As competências básicas são

aquelas desenvolvidas na educação básica. São bastante abrangentes e envolvem o desenvolvimento do indivíduo como um todo, no aspecto social, afetivo, psicomotor, cognitivo e cultural. As competências profissionais gerais objetivam o exercício de diversas atividades dentro de uma área profissional, independente da habilitação específica; e as competências profissionais específicas são aquelas próprias de determinada habilitação.

Através dos conteúdos próprios da Educação Física Escolar pode-se inferir que ela contempla tanto as competências básicas, quanto às competências gerais e as específicas, entretanto, a Educação Física Escolar assemelham-se mais às competências básicas, por assumirem um caráter global, generalizado, embora, por consequência de suas atividades, possam estar contribuindo para o desenvolvimento das competências gerais ou específicas.

Verifica-se que para definir um profissional “competente” tem-se que levar em consideração, principalmente as capacidades de mobilizações de determinadas habilidades num determinado contexto, num espaço e tempo definidos em que se encontra o indivíduo.

De uma maneira geral, as principais habilidades que tornam o indivíduo mais ou menos competente segundo alguns autores MACHADO (1989), KUENZER (2001), RAMOS (2001), entre outros, são as seguintes: capacidade de promover a socialização, envolvimento, comprometimento e respeito; capacidade de reflexão; capacidade de síntese; capacidade de lidar com o inusitado; flexibilidade, postura crítica; habilidades psicomotoras gerais bem estruturadas, capacidade de cooperação e iniciativa, predisposição para aprender e continuar aprendendo, possuir e treinar sua inteligência prática, capacidade de saber mobilizar suas capacidades, entre outras.

2.5 Para Além das Competências

Segundo educadores que tratam do tema educação/trabalho KUENZER (2001); RAMOS (2001); MACHADO (1989); ZARIFIAN (2001) entre outros, e declarações recentes do empresariado sobre essa questão, a Educação Profissional requer muito mais que a formação técnica e específica para cada área. Ela exige, além do domínio operacional de uma determinada técnica de trabalho, a compreensão global do processo produtivo.

Segundo a própria exigências do mercado, ao trabalhador da pós-modernidade são exigidas tanto as qualidades técnicas, quanto às qualidades globais adquiridas numa formação geral.

Sobre esse aspecto, TEDESCO (2004) constata um acontecimento histórico inédito, em que coincidentemente as qualidades humanas necessárias para a inserção dos egressos do Ensino Profissional no mercado produtivo são praticamente as mesmas necessárias para a formação plena do cidadão.

Nesse contexto, o documento “Propostas de Políticas Públicas para o Ensino Profissional e Tecnológico”, publicado recentemente pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC – MEC -2003), vem contemplar em grande parte as aspirações da maioria dos envolvidos nessa área, que tinham como foco principal de debate “o ensino por competências”. A maioria desses profissionais vem tentando, através de seus estudos, mostrar à sociedade, de um modo geral, a importância da articulação do Ensino Profissional com o Ensino Médio e a importância de desenvolver nos alunos qualidades técnicas e humanas para a construção da sua cidadania, oportunizando assim a sua entrada no meio produtivo. Um dos pontos principais desse documento é:

“Esclarecer, aos diversos segmentos, que a modernização econômica pode e deve interferir no

processo educativo somente se essa intervenção considerar o desenvolvimento social como um todo”. (Propostas de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica- SEMTEC – MEC-2003).

Além de conter os princípios gerais do Ensino Profissional e Tecnológico, a articulação com a Educação Básica, a integração com o mundo do trabalho e com outras políticas públicas, o documento em questão recupera o poder normativo de alguns artigos da LDB 9394/96 (artigos 22, 35, 36 e 39 a 42), e propicia a reestruturação do Sistema Público do Ensino Médio e da Educação Profissional e Tecnológica.

O Dec. 2208/97 teve uma grande repercussão no ensino profissional. Na prática escolar, houve algumas dificuldades e resistências na implantação desse decreto devido, entre outros aspectos, ao seu cunho extremamente produtivista.

O documento “*Propostas de Políticas Públicas para o Ensino Profissional e Tecnológico*” (SEMTEC – MEC- 2003) descreve toda a linha estratégica para a efetivação de suas políticas, de uma forma clara e objetiva, tanto na articulação com diversas esferas governamentais quanto na parte relacionada ao financiamento e responsabilidades. Trata também da formação dos docentes para essa área, da gestão democrática, e cria um Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de discutir e levar adiante todas as políticas e decisões referentes ao Ensino Profissional e Tecnológico no país.

Segundo esse documento, o objetivo principal do Ensino Profissional é a formação integral do indivíduo na sociedade. O Ensino Profissional nesse caso não deve mais manter umas visões reducionistas, ligadas à preparação do indivíduo para executar tarefas instrumentais apenas, mas sim estreitar seus vínculos com as questões maiores da educação.

O documento estabelece um novo princípio educativo que busca:

“Progressivamente afastar-se da separação entre funções intelectuais e as técnicas. Dessa forma, o documento conclui que somente a formação profissional e tecnológica não é suficiente. O próprio capital moderno reconhece que os trabalhadores necessitam ter acesso à cultura sob todas as formas e, portanto, à educação básica de cunho generalista”.

É por esses caminhos que se pretende desenvolver esse trabalho, tendo como eixo a Educação Física Escolar como uma das propostas alternativas na formação do Técnico Agrícola. Esse assunto será mais bem explicitado no capítulo seguinte.

As novas Propostas de Políticas Públicas para o Ensino Profissional foram efetivadas através do Decreto 5154/2004. Esse novo Decreto que pretende buscar a articulação do ensino técnico de nível médio com o ensino médio, ou seja, os alunos a partir de 2005 poderão escolher entre duas outras formas de articulação: a concomitante, para quem deseja fazer os cursos profissional e médio ao mesmo tempo, ou um nível após o outro. O decreto em questão determina que a educação profissional seja desenvolvida por meio de cursos e programas em três níveis: formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional de nível médio; educação profissional tecnológica; graduação e pós-graduação.

2.6 A Educação Física no Ensino Profissional

A Educação Física no Ensino Profissional está inserida na área de códigos e linguagens, juntamente com Arte, Informática, Língua Portuguesa e Língua Estrangeira. Deve ter, como qualquer outra disciplina, um caráter de continuidade, ou seja, não deve descartar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, aproveitando-os ao máximo para seleção de conteúdos programáticos.

A LDB 9694/96 – Seção IV – Art. 35, prevê “consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; possibilitar o prosseguimento dos estudos; preparar para o trabalho e cidadania; desenvolver as habilidades como: continuar a aprender, a capacidade de continuar a aprender, a capacidade de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação e aperfeiçoamento; aprimorar o educando como ser humano, incluindo aí a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, além de compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática”.

Comparando esses fundamentos legais com a Educação Física que é observada no Ensino Médio/Profissional, na maioria das instituições, constata-se que esses fundamentos estão muito longe de serem alcançados. O que se vê é uma descaracterização desses fundamentos, manifestada por uma Educação Física mergulhada em geral, no desinteresse dos professores de Educação Física, alunos, dirigentes e de outros profissionais envolvidos. Essa descaracterização pode ser um dos determinantes de elevada evasão dos alunos nas aulas de Educação Física. Se constatados esses fatos pode-se dizer que a representação social da disciplina Educação Física, na sociedade de uma maneira geral, é de que essa área de atuação não contribui para o processo educativo da escola.

O afastamento dos alunos nas atividades de Educação Física se dá ao mesmo tempo em que esses buscam outros espaços (academias, clubes, centros esportivos) para suas práticas corporais de todos os tipos. Esse fato demonstra não só o desinteresse pelas atividades físicas no espaço escolar, como comprova o interesse pelas atividades corporais de uma maneira geral em outros espaços oferecidos, que não o escolar.

Essa situação torna-se especialmente preocupante devido à Educação Física perder a oportunidade, de através dos seus saberes, contribuir para a formação cidadã dos nossos jovens. Aliada a essa estrutura que dificulta a atuação da Educação Física, está a representação social que essa área de estudo tem no imaginário de alguns profissionais da área de Educação. Segundo Freire (1994), o que existe é uma retórica em relação à importância da Educação Física. Quando essa disciplina é citada nas reuniões e nos conselhos de classes, fazem-se verdadeiros discursos sobre a sua importância. Na prática, pouco ou nada se faz para que a Educação Física tenha condições mínimas de existir na escola.

O que se constata nas escolas de Ensino Médio/Profissional, é uma Educação Física reduzida aos fundamentos dos desportos e ao jogo (idêntico ao Ensino Fundamental) Segundo COLETIVO DE AUTORES (1992), observamos a existência do esporte “na”

escola e não “da” escola, ou seja, a instituição das práticas esportivas (jogos desportos etc...) como sendo a única forma dos alunos vivenciarem a Educação Física, resumida em princípios de rendimento atlético-desportivo. Dessa forma, a relação professor-aluno passa a ser a de professor-treinador e aluno-atleta.

O posicionamento relacionado ao rendimento atlético-desportivo é produto de uma pedagogia sustentada pelo tecnicismo. Essa tendência pedagógica era comum na ditadura militar, amparada legalmente pela Lei 5692/71, tinha como pano de fundo a demonstração de força do Estado, no que se refere à identidade nacional, à capacidade de produção e a projetos político-pedagógicos relacionados à educação, tanto para o Ensino Médio quanto para o Ensino Profissional. Nessa época, instituiu-se o esporte de competição no Ensino Médio e no Ensino Profissional (dec. 69450/71).

A instituição do “esporte competição” tinha na Educação Física um potencial instrumento de condução. A escola passou a ser um dos aparelhos de aplicação da chamada teoria da Pirâmide Esportiva, ou seja, no Ensino Fundamental priorizava-se a recreação e os jogos pré-esportivos; no segundo segmento, a iniciação desportiva, e no Ensino Médio e Profissional, a formação de equipes. A idéia obedecia à seguinte ordem: massificação, aprendizagem e desporto de alto nível.

Todos esses aspectos relacionados à Educação Física descrita nesse capítulo, em que têm como foco principal a prática desportiva, são criticados por vários autores como, Medina (1988), Castellani Filho(1998), Betti (1991), COLETIVO DE AUTORES (1983), entre outros. Esses autores buscam uma nova identidade para a Educação Física, ou seja, uma Educação Física que não seja atrelada aos pressupostos da “instituição desportiva” unicamente, e que tenha no “movimento” e na “corporeidade”, os aspectos mais importantes a se considerar num programa de Educação Física para uma escola.

2.7 O Profissional de Educação Física no Ensino Profissional

Todo o professor tem a função social e política de expandir os campos possíveis de conhecimentos do aluno em qualquer área. Na música, na matemática, na informática... e também na Educação Física.

Muitas vezes esses objetivos são colocados um pouco de lado em função de alguns impedimentos encontrados no dia-a-dia da prática escolar, e também em função de influências históricas que determinadas áreas possuem.

A Educação Física tem uma certa dificuldade quando o assunto é expandir conhecimentos. Isso pode ser explicado pela representação social histórica de que as atividades físicas não estão relacionadas às áreas chamadas “intelectuais”, e sim na parte que trata apenas do desenvolvimento do “corpo”. Isso prejudica a atuação do profissional de Educação Física, causando uma certa dificuldade no sentido de buscar outras alternativas diferentes do “desporto” utilizado nas aulas, COLETIVO DE AUTORES (1992).

Uma outra explicação para isso acontecer é que na sua formação profissional as disciplinas “desportivas” teriam uma influencia muito grande na grade curricular dos seus cursos de graduação, pois seus professores, na sua maioria, podem ter pertencido a uma época em que o ambiente esportivo-competitivo confundia-se com o escolar-educacional, resultado de um contexto histórico que perdurou no país por várias décadas. Nessa época, a política em relação à Educação Física era de elevar o País à categoria de nação

desenvolvida às custas do seu sucesso no campo dos esportes. Conseqüentemente, os meios educacionais seguiam as mesmas orientações (MEDINA, 1983)

Portanto, diante de todas essas influências do passado, relacionadas ao esporte na escola (nas faculdades de Educação Física, por exemplo, existia uma excessiva preocupação com o biológico e com a fixação em torno das práticas desportivas), as influências do presente em que a mídia reafirma a competição como única forma do indivíduo sobreviver no mundo de hoje, os baixos salários da categoria, o descaso dos profissionais da educação em relação ao profissional de Educação Física, isso tudo contribui para que esse profissional não corresponda à importância da sua área na formação do aluno.

O profissional de Educação Física deve estar consciente de todas essas dificuldades e tentar superá-las, buscando alternativas. Deve estar atento para que a Educação Física não se desvincule do projeto educacional à que se propõe a Instituição Escolar onde está inserido. Isso porque é comum o aluno nessa faixa etária utilizar o espaço e o tempo da Educação Física para “jogar”, transformando as aulas apenas num espaço de recreação e lazer. Diante de toda essa realidade, o professor de Educação Física no Ensino Técnico Agrícola, deve mostrar competência e, acima de tudo, responsabilidade, fazendo crer aos alunos que o espaço da Educação Física também é um momento de aprendizagem importante para sua formação profissional. Para isso, deve apresentar aos alunos um programa de curso bem estruturado, inclusive com possibilidades dos próprios alunos participarem da sua construção.

No Ensino Profissional, como em qualquer outro nível de ensino, o profissional de Educação Física pode eventualmente contribuir com várias áreas de estudo (como nos exemplos citados mais adiante sobre o uso de exercícios de coordenação motora para suporte das matérias de Mecanização e Topografia- pág 37), mas esse não é o objetivo da Educação Física. Portanto, o profissional de Educação Física deverá ter o cuidado com essa “instrumentalização” da Educação Física, ou seja, a utilização da Educação Física unicamente como apoio para o aprendizado de outras matérias.

2.8 “Corporeidade” - Uma Abordagem para o Ensino Profissional

Especialmente na primeira infância e depois, na adolescência, a motricidade e psiquismo são dois aspectos indissociáveis de funcionamento da mesma organização. Por isso, a educação deve ser global e construída sobre o vivido, usando o aluno, o seu próprio corpo para apreender os elementos do mundo que os envolvem (VAYER, 1984)

O indivíduo, desde o nascimento, apresenta potencialidades para desenvolver-se. Elas não dependem somente da maturação dos processos orgânicos, mas também do intercâmbio com outrem. Esse intercâmbio tem uma influência determinante na orientação do temperamento e da personalidade do indivíduo, pois é através dessas relações com outras pessoas que o “ser” se descobre e que a personalidade se desenvolve.

A experiência com outras pessoas e a possibilidade de estabelecer trocas está intimamente ligadas ao desenvolvimento orgânico. O relacional e o funcional não são só dois aspectos simplesmente complementares, mas constituem uma relação estreita de interdependência que os une de forma indissociável.

No entender de VAYER (1984), em toda a situação há sempre o indivíduo, o mundo dos objetos e o mundo dos outros. O desenvolvimento desse indivíduo e sua evolução são resultado das constantes interações de três elementos: o indivíduo (seu corpo como meio de

relação), o mundo dos objetos, no qual o sujeito cresce, e o mundo dos outros, com que se relaciona permanentemente e do qual é estreitamente dependente para satisfazer suas necessidades vitais e afetivas. Quando esses três aspectos são favoráveis, o indivíduo se desenvolve melhor encontrando poucas dificuldades de relacionamento.

Nossos sentimentos e nossa atividade conceitual são inseparáveis do nosso próprio corpo. O corpo, diz G. Rioux, citado por VAYER (1984),

“É o saber imediato de si, experiência interna de todo o conhecimento. Não há um espírito dirigindo um corpo, mas uma expressão dinâmica, direta e instantânea de intencionalidade”.

Nesse sentido, uma proposta de educação, que tenha como conteúdo o “corpo” e suas possibilidades de significações, BRUNER (1997), num projeto de Educação Física Escolar para o Ensino Técnico é bastante interessante e pertinente, uma vez que esse tipo de abordagem permite ao aluno vivenciar situações, experiências corporais, individuais e em grupo, que podem colaborar sobremaneira no relacionamento interpessoal e no desempenho das suas atividades profissionais de uma maneira geral.

Nesse sentido, levando-se em consideração as atividades em Educação Física Escolar que utilizam a “corporeidade” como ferramenta importante no desenvolvimento global do aluno, pode-se dizer que esse tipo de atividade, pelas suas características subjetivas pode ter uma relação estreita com a construção de competências, uma vez que as competências, segundo CAMPOS (2000), “é uma característica atribuída à pessoa e não ao posto de trabalho”.⁶

É importante ressaltar que o corpo pode ser objeto de várias disciplinas como Educação Artística, Biologia, Química etc... Entretanto, o estudo do corpo, como objeto da Educação Física, se diferencia de outras disciplinas por adquirir um significado dinâmico, ou seja, o corpo é abordado sob o aspecto do “movimento”, e é essa a característica principal da Educação Física quando se utiliza do corpo como ferramenta nos seus conteúdos (dança, desportos etc...).

2.9 Considerações Sobre o “Jogo” na Educação Física Escolar

A sociedade se sente influenciada principalmente pelos poderes midiáticos, que trazem a idéia do individualismo, da espetacularização e do imediatismo. Isso acentua ainda mais as diferenças. As atividades em Educação Física, tal como os “jogos” quando bem orientados, propiciam aos alunos valores bem diferentes das ideologias neoliberais impregnadas nas escolas; em especial no ensino profissional, onde os argumentos sobre produtividade encobrem qualidades importantes para a cidadania, como cooperação, companheirismo, criatividade etc..

O “jogo” é considerado um dos instrumentos mais importantes que o professor de Educação Física utiliza nas suas práticas docentes, pois possibilita uma infinidade de

⁶A subjetividade atribuída às competências é relatada pela Doutoranda em Educação; PPGE/UFSC – Fátima Campos em: Tendências e Desafios, SINDOCEFET-PR-2000. Segundo a autora: “Apela-se cada vez mais, aos aspectos subjetivos e inter subjetivos do trabalho, até então desprezados pelas gerências Tayloristas-fordistas; do trabalhador atual deseja-se, além de suas capacidades técnicas, cooperação, criatividade, capacidade, iniciativa e decisão, capacidade comunicacionais, pensamento lógico-abstrato e sinergia para trabalhos integrados e em equipes”.

situações de ensino-aprendizagem. Ele propicia um dos maiores laboratórios para observação do desenvolvimento do aluno como um todo. A atividade lúdica é provida de um conteúdo pedagógico riquíssimo porque possibilita vivências em todas as áreas do desenvolvimento humano (orgânica, intelectual, afetivas, culturais, sociais e psicomotora).

O jogo pode ser definido como “toda a atividade que tem como primeiro objetivo o prazer” (CABRAL –1990 P. 193). Segundo o autor, considera-se que o indivíduo está numa situação de jogo quando tem capacidade para achar interessante uma ação qualquer e convertê-la num meio de alcançar prazer. Visa a repetição da atividade que foi tida como interessante e da qual se gostou.

Embora simples a sua definição, o jogo é um fenômeno extremamente complexo. Sobre esse aspecto, (CABRAL, 1990 p.9) admite a existência de um “impulso lúdico” que desencadeia todo o processo do jogo. Esse impulso lúdico só funciona se existirem condições afetivas sociais e sensorio-motoras satisfatórias. O impulso lúdico não pode confundir-se com uma necessidade sensorio-motora geral, mas sim uma necessidade especial. Segundo o autor:

“O impulso lúdico é uma fonte de energia que tem como exemplos a aspiração e a auto-realização, as quais podem se transformar numa forma de domínio e, na sua expressão patológica, de agressividade. Nesse caso, recentes descobertas no domínio da Biologia apontam para uma estimulação de carência químico-cerebral. Se quem joga tem uma deficiência no sistema adrenérgico, isso pode levá-lo a procurar a excitação do jogo como forma de aumentar os níveis de norepinefrina. Por esse aspecto, o impulso lúdico é, nesses jogadores crônicos, desencadeado por um desequilíbrio do cérebro, resultante do baixo nível de norepinefrina. Existe, segundo a teoria exposta, a possibilidade de repor, por administração medicamentosa, o teor de norepinefrina”.

Nesse aspecto, é importante a reflexão junto aos alunos sobre outros tipos de jogos, principalmente os jogos eletrônicos. Mesmo que esse tipo de jogo não faça parte dos conteúdos da Educação Física Escolar, torna-se fundamental adverti-los quanto aos perigos existentes nesse tipo de entretenimento, pois, ao isolarmos o indivíduo que joga, da possibilidade do contato humano e da vivência festiva, pode acarretar para a personalidade do indivíduo, consequências desastrosas.

O jogo, para ser saudável e sob o ponto de vista humano, existe na razão direta da comunicação com o outro. Devido a essa possibilidade de intercâmbio com outrem é que o jogo é considerado um dos melhores meios de socialização.

A influência do “jogo” na aquisição das “competências”, se dá na relação direta que o jogo tem com a socialização dos alunos de uma maneira geral.

As competências são atributos de cada indivíduo construído ao longo de uma vida na família, na rua, na escola. A idéia “polissêmica” em relação do que seja competência, permite-se compreendê-la, e até compará-la ao desenvolvimento geral do indivíduo. Por essa linha de raciocínio, o “jogo”, como tem um forte chamado social (principalmente os jogos realizados na adolescência). É por esse viés social que o indivíduo tem a

possibilidade de construir às suas competências: Segundo RAMOS (2001 p. 118), na Argentina a competência foi definida como:

“Conjunto complexo e integrado de capacidade que as pessoas põem em jogo em diversas situações reais do trabalho para resolver os problemas com os quais elas se defrontam, de acordo com os padrões de proporcionalidade e os critérios de responsabilidade social próprios de cada área profissional”.

2.10 Educação Para a Saúde - Outra Proposta Para a Educação Física Escolar

Levando-se em consideração as particularidades que envolvem o Ensino Profissional, como discutido em capítulos anteriores, pode-se sugerir como uma das alternativas de Educação Física para esse nível de ensino os aspectos relacionados à Aptidão Física e à manutenção da Saúde.

Nesse sentido, encontra-se suporte nos trabalhos de BENTO (1991 P. 104), que aponta:

“Uma educação física atenta aos problemas do presente não poderá deixar de eleger a educação da saúde como uma das suas orientações centrais. Pretende-se prestar serviços valiosos à educação social dos alunos, se pretende contribuir para uma vida produtiva, criativa e bem sucedida, a Educação Física encontra na orientação pela educação da saúde um meio de concretização das suas pretensões, formulações e justificações”.

A Educação Física Escolar, sob o aspecto da Aptidão Física e Saúde, é particularmente atrativa para os alunos do Ensino Profissional porque aborda temas relacionados à sua auto-estima, ou seja, temas que envolvem o seu corpo no aspecto estético e no aspecto da aquisição e manutenção da saúde. Sobre esse assunto, nos diz GUEDES & GUEDES (1997 P. 81)

“As informações disponíveis na literatura demonstram uma estreita associação entre os níveis habituais de prática da atividade física e os índices de adiposidade e de desempenho motor”.

Entre os conteúdos das aulas de Educação Física Escolar que melhor se enquadrariam nesse tema, poder-se-iam destacar: coordenação motora geral, postura, aquisição da força muscular, capacidade aeróbica etc...

A concepção da Educação Física Escolar sob o aspecto da Aptidão Física e Saúde deve ser apresentada aos alunos de forma crítica, observando os aspectos da melhora da qualidade de vida principalmente, e não sob os aspectos das ideologias que utilizam o corpo como objeto de intimidação, dominação ou poder.

2.11 O Processo Ensino-Aprendizagem da Educação Física Escolar no Ensino Agrícola

No processo ensino-aprendizagem da Educação Física Escolar do Ensino Profissional é fundamental que o aluno adolescente seja encarado como sujeito do seu próprio processo de aprendizagem, cabendo ao professor o papel de “mediador” desse processo.

Nesse processo podemos entender a Educação Física, para o adolescente, como uma área de estudo que envolve múltiplos conhecimentos.

Segundo KUENZER (2001)

“A Educação Física é um componente curricular teórico-prático. Nele se integram, entre outros, conhecimentos de Biologia (a percepção do corpo como uma realidade física), de Sociologia, de História e de Filosofia (a percepção do corpo como uma realidade histórica e sociocultural), além de uma conexão com outros componentes da área de linguagem.”

Para que esses conhecimentos sejam melhor aceitos pelos alunos, é necessário que eles se apresentem não apenas via professor, mas, principalmente, através da experiência dos próprios alunos, ou seja, os alunos estimulados pelo professor, buscam nos conhecimentos deles, aprendidos em outras disciplinas, as relações que existem com os conteúdos da Educação Física naquele momento.

Observa-se que esse tipo de abordagem, em relação à construção dos conhecimentos, tem uma aceitação muito boa entre os adolescentes, e o fato deles poderem ser co-autores do processo ensino-aprendizagem aumenta a possibilidade de assimilação desses conteúdos.

Durante todo esse processo, o ideal é estimular a interação dos alunos para que aconteça a socialização. O professor deverá intervir nesse processo sempre que necessário.

Nesse sentido, a Educação Física tem no “corpo” a ferramenta própria de sua área, através dos movimentos, gestos e expressões, para que sejam alcançados os objetivos propostos. Enfim, o professor deve criar situações de ensino de modo que os alunos sejam os próprios protagonistas da sua aprendizagem.

Um tema agradável, que costuma dar bons resultados quando o aluno passa a sujeito da sua própria aprendizagem, é a possibilidade de ele aprender a cuidar da sua própria forma física e sua saúde de uma maneira geral, através da construção de programas de aptidão física junto ao professor e à turma.

2.12 Competição & Jogos Cooperativos

A maioria dos programas de TVs infanto-juvenis, de jovens, e até mesmo alguns programas para adultos, utilizam a “competição” como um tipo de linguagem midiática de entretenimento e consumo.

São joguinhos e contestes dos mais variados e criativos, aparentemente inocentes, mas que se analisados com maior profundidade revelam seus verdadeiros significados.

Esse tipo de atividades também são usados em aulas de Educação Física infantis e de jovens através dos chamados “contestes”⁷

Esse assunto é particularmente sério para nós, Professores de Educação Física e educadores que somos. Vários autores (BETTI, 1991); (MEDINA, 1983); (COLETIVO DE AUTORES, 1992), entre outros, vêm demonstrando ao longo dos anos esse tipo de preocupação. Quem afirma que a “competição” da maneira que aí está serve para preparar os jovens para o mundo, porque o mundo é competitivo, engana-se profundamente.

Sob o argumento de alcançar sucesso no mercado de trabalho, a competição na verdade conduz os jovens a uma verdadeira desorganização comportamental em relação ao mundo, em função do aumento exacerbado do “individualismo”.

Se levarmos em consideração que o desenvolvimento da personalidade do indivíduo se dá através de vivências, aprendizagens, principalmente na infância e até a adolescência, e que esses tipos de experiências são acompanhadas de muita emoção e catarse, não é difícil entendermos que as competições realizadas entre os jovens atualmente podem levá-los a níveis de agressividades bastante altos. Isso tudo pode ter conseqüências desastrosas para o desenvolvimento da personalidade desses jovens.

Na contramão de toda essa “parafernália” que envolve os tipos de competições realizadas nos dias de hoje, estão os “jogos cooperativos” – jogos motores e brincadeiras com cordas, aros ou utilizando o próprio corpo, realizados com alegria e prazer, cujo objetivo principal é a cooperação.

As atividades cooperativas aumentam a segurança nas capacidades pessoais e contribuem para a sensação de “pertencimento” a um grupo.

Nesse tipo de atividade, ninguém perde, ninguém é isolado ou rejeitado porque falhou. Num sistema de cooperação cada uma das partes e o todo ganham. Cooperação significa agir em conjunto com o outro para resolver um problema e alcançar um objetivo comum. Joga-se “com” o outro e não “contra” o outro. Joga-se para superar desafios e não para derrotar adversários. Joga-se para gostar do jogo e pelo prazer de jogar. Todos ganham e ninguém precisa perder.

Aprendendo a jogar cooperativamente descobre-se que se podem criar inúmeras possibilidades de participação. O mais importante na escola pública de hoje é que através dos jogos cooperativos os alunos têm possibilidades de vivenciarem o paradigma da “inclusão” pois, certamente alguns alunos ficariam fora das aulas, se essas aulas tivessem um outro direcionamento diferente do espírito dos jogos cooperativos.

Os “jogos cooperativos” vêm assumindo um papel importante nas aulas de Educação Física Escolar no ensino agrícola, porque além de estimular a inclusão social, colabora na aquisição de competências para a formação do técnico Agrícola, uma vez que suas atividades estimulam a participação de todo o grupo, promovem a integração e a flexibilidade a partir do momento em que o aluno “divide” com o “outro” às soluções das tarefas apresentadas pelo professor. Em relação ao mercado de trabalho, MACHADO (1996 p. 169) declara:

“Os estudos sobre os impactos sociais das atuais inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais, introduzidas nos processos de trabalho, sobre o perfil da força laboral, partem do pressuposto de que o trabalho

⁷ Competições individuais ou em grupos onde na maioria das vezes tem que haver o vencedor e o vencido e, em muitos casos, o aluno é excluído logo no início do jogo.

linear, segmentado, padronizado e repetitivo, característico do padrão tecnológico taylorista-fordista, tem sido substituído por uma nova modalidade marcada pela integração e pela flexibilidade”.

Busca-se, através desses jogos, uma mudança de paradigma, ou seja, procura-se deslocar o centro de interesse unicamente da competição para a convivência e o fazer juntos.

2.13 O Que Aprender em Educação Física?

Segundo MATTOS (2000), existem conhecimentos básicos em Educação Física Escolar que os alunos do Ensino Técnico devem apresentar no final do curso. A saber:

“A reflexão sobre as informações próprias da cultura corporal, sendo capaz de discernir e reinterpretá-las em bases científicas, adotando uma postura autônoma na seleção de atividades e procedimentos para manutenção ou aquisição da saúde”;

O Conhecimento do funcionamento do organismo humano, de maneira que possa reconhecer e modificar as atividades corporais, valorizando-as como recurso para melhoria de suas aptidões físicas;

A noção de esforço, intensidade e frequência das atividades físicas, de forma que possa planejar as suas próprias atividades;

A busca de informações para o aprofundamento teórico sobre aptidão física para que possa construir um programa de atividades físicas para si próprio durante a sua vida profissional;

A Vivência em atividades corporais e o aprofundamento dos seus conhecimentos nessa área, para que possa entender a Educação Física Escolar como uma modalidade educativa global, adotando uma postura ativa consciente da importância dessas atividades”.

O aluno, ao adquirir esses conhecimentos, deve entender que eles existem para serem utilizados durante a sua vida profissional e familiar, com o objetivo principal de melhorar a sua qualidade de vida e da sociedade a qual está inserido. Nesse sentido, ao vivenciar esses conhecimentos o aluno deve fazê-lo sob o ponto de vista da “convivência, ou seja, vivenciando com o “outro” aspectos relacionados a companheirismo, cooperação, respeito ao próximo, confiança no colega etc...

Por isso, para o adolescente, adquirir sentimentos de identidade torna-se fundamental, ainda mais no CTUR, onde os alunos convivem praticamente o dia inteiro juntos. Daí a importância em adquirir uma “identidade social”, ou seja que esse aluno tenha a percepção de um sentimento de “pertencimento” ao grupo. Da mesma forma deve-se dá importância à “identidade individual” do aluno; pois, é nessa faixa etária que a identidade individual se evidencia mais. Segundo KUENZER (2001 p. 120).

“O constante processo de descoberta do corpo (que ocorre de forma particularmente aguda durante a adolescência) é elemento fundamental da construção da identidade individual (o senso de integridade e de autonomia de cada um) e da identidade social (o senso de pertencimento a grupos socioculturais)”.

Entre os conhecimentos que os alunos devem adquirir, é importante abordar a influência da mídia, uma vez que é através dela que muitos valores são absorvidos pelos alunos.

É importante ressaltar que a mídia está presente a todo instante no cotidiano dos alunos, transmitindo informações e alimentando um imaginário que muitas das vezes estimulam os alunos a desenvolver os contra-valores (individualismo exacerbado, agressividade etc). Nesse aspecto, os esportes, os jogos e as lutas tornam-se cada vez mais produtos de consumo para os jovens e as crianças. As informações são descaracterizadas e desconexas. O esporte torna-se esporte-espetáculo. Essa espetacularização de tudo que se vê na televisão leva os jovens a construir novos significados que dizem respeito apenas ao consumo, individualismo, agressividade, e à superação de desafios. Segundo os Parâmetros curriculares Nacionais – Educação Física (BRASIL, 1998 p. 33)

“Na verdade, a televisão ilude o espectador, dando-lhe a falsa sensação de contato direto com a realidade, quando existe uma distância entre a prática real do esporte e o que se vê na televisão. Há um processo de mediação entre a realidade e a imagem que envolve a seleção e a edição de fatos e aspectos, segundo uma lógica de espetacularização que é em parte motivada por interesses econômicos, em parte pela própria especificidade da linguagem televisiva, cujas possibilidades são levadas às últimas conseqüências. Isso leva em geral, à fragmentação e a descontextualização do fenômeno esportivo e corporal em geral, dissociando-o ainda mais, da experiência primeira de praticar modalidades da cultura corporal ativamente”.

Vale abordar também os jogos eletrônicos e seus efeitos subliminares no comportamento do ser humano. Enfim, o Professor de Educação Física no Ensino Profissional deve ter, como direção, a contribuição para esses jovens no sentido de prepará-los para a vida, sobre todos os aspectos.

Neste capítulo foi abordada uma série de temas pertinentes à Educação Física Escolar, os quais podem fazer parte de um projeto educacional mais amplo para o Ensino Profissional. No próximo capítulo, descreveremos como foi realizada a investigação sobre a possível influência da Educação Física Escolar na formação do Técnico Agrícola

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho utilizou, como instrumento, um diagnóstico realizado em forma de questionário com os alunos, tendo como objetivo, de colher uma série de informações sobre a possível influência da Educação Física Escolar no Ensino Profissional Agrícola, com a finalidade de orientar as atuações pedagógicas futuras, adequando-as às realidades observadas.

A turma escolhida foi o terceiro ano em Agropecuária Orgânica para aplicação desse questionário, se deu em função desses alunos se encontrarem em um nível de maturidade maior, visto estarem no último ano de curso e também mais próximos do mercado de trabalho.

3.1 Questionário

Para maior fidedignidade das respostas apresentadas pelos alunos, foi realizado um encontro inicial objetivando esclarecer as possíveis dúvidas sobre os conteúdos desse questionário. Houve um outro encontro final com os alunos para discutir as suas respostas apresentadas.

O questionário foi aplicado em 50% dos alunos (28 alunos) do 3º ano de Agropecuária Orgânica do CTUR da UFRRJ – SEROPÉDICA – (RJ).

Optou-se por um questionário misto (com respostas prioritariamente fechadas mas, com espaço aberto para que o respondente especifique suas observações- anexo 1), por constituir-se de um instrumento de aplicação mais objetivo, portanto de maior rapidez - levando-se em conta principalmente a disponibilidade dos alunos e do docente, pois no segundo semestre do terceiro ano do curso, se encontram completamente envolvidos com o “vestibular”. Esse assunto será melhor abordado nos capítulos seguintes.

O referido questionário teve a pretensão ainda de verificar como a maioria dos temas abordados nessa dissertação (os quais também foram desenvolvidos durante as aulas de Educação Física Escolar) foram vivenciados e interpretados pelos alunos, ou seja, quais foram as “representações sociais” que esses alunos construíram em relação à Educação Física Escolar durante os três anos de cursos de formação em Técnico de Agropecuária Orgânica do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural.

Para elaboração desse questionário levaram-se em considerações que as concepções que procuram desenvolver a educação como um amplo processo deve levar em conta o homem em toda a sua complexidade. Considerando que boa educação é aquela que desenvolve as múltiplas capacidades humanas, procurou-se trabalhar nas aulas de Educação Física Escolar, vários temas com o objetivo de contribuir para a formação dos alunos. Dessa forma, estão listados abaixo alguns desses conteúdos desenvolvidos. O aluno escolheu entre uma das opções (SIM ou NÃO), sobre as possíveis contribuições da Educação Física Escolar na sua formação. Caso a resposta fosse afirmativa, foi solicitado que especificasse o grau de importância em relação às contribuições da Educação Física Escolar no seu curso. (Muito bom, Bom ou Regular).

3.2 Observação Participativa

É importante acrescentar que durante o ano de 2004 houve uma intensa “observação participativa” por parte do pesquisador, nas aulas de Educação Física Escolar, sendo assim, os respectivos registros foram de grande auxílio para a análise de dados qualitativos da pesquisa, uma vez que retrata os valores, a realidade concreta e a visão de mundo dos referidos alunos.

3.3 Análise de Dados

O questionário aplicado foi analisado levando-se em consideração a seguinte questão principal dessa pesquisa: Existem contribuições da Educação Física Escolar para a formação do Técnico Agrícola?

Para tentar responder a esse questionamento a análise dos dados referentes a cada tema do questionário seguiu um caminho que começa com a definição desse tema, segundo os seus principais autores, depois seguem-se as argumentações teóricas e as considerações desse tema, terminando com a análise propriamente dita das respostas dos alunos.

a) Coordenação Motora Geral

A coordenação motora geral está relacionada aos movimentos que somos capazes de realizar em função de um resultado ou de uma intenção.

Segundo TUBINO, (1979):

“Coordenação motora é a qualidade de sinergia que permite coordenar a ação de diversos grupos musculares na realização de uma seqüência de movimentos, com o máximo de eficiência e economia, ou de rapidez, se estiverem envolvidas velocidade e força” .

Segundo GAMELLI, citado por LE BOULCH (1987), podemos dividir as habilidades motoras em quatro categorias, que vão desde as tarefas mais simples e automáticas, até às tarefas em que o elemento intelectual tem participação dominante, assumindo um caráter pessoal e artístico.

Trabalhar os conteúdos relacionados à coordenação motora geral se torna fundamental num projeto de Educação Física Escolar, para o técnico agrícola, uma vez que várias disciplinas técnicas dependem diretamente dessa valência física. Dessas, duas se destacam: A disciplina de Mecanização e a de Topografia.

Nas aulas de Mecanização são exigidos dos alunos, além de outros conteúdos, o domínio da direção e manobra do trator e a colocação de implementos agrícolas. Para esse tipo de atividade os alunos precisam estar bem preparados no que diz respeito à lateralidade, noção espacial, coordenação viso-manual e viso-pedal.⁸

⁸ Algumas atividades relacionadas a “Aprendizagem Motora” foram desenvolvidas para contemplar essas coordenações.

Nas aulas de Topografia, os alunos realizam vários tipos de medições no campo em situações bastante diversificadas. Nesse caso, necessitam estar bem preparado em: noção de espaço tridimensional (analisar o objeto em relação aos vários planos em que esse objeto se situa), lateralidade (ao lado de em cima de à esquerda de etc...). Além disso, o aluno deve estar também bem preparado na sua parte psicomotora. Por exemplo, quanto à questão da noção de Seriação e Classificação dos objetos⁹. Noções como essa já deveriam ter sido assimilada desde a primeira infância, entretanto alguns adolescentes apresentam deficiências nessas áreas. Nesse caso é importante resgatar essas habilidades que não foram bem assimiladas, através de atividades que o componente psicomotor seja bastante solicitado, numa tentativa de minimizar essas deficiências.

Praticamente, a maioria das atividades relacionadas ao “fazer” no exercício profissional do Técnico Agrícola necessita das coordenações motoras que requerem grandes grupamentos musculares, quanto àquelas chamadas de coordenações motoras finas as quais são utilizadas nos trabalhos manuais.



Figura 1 – Opinião dos alunos sobre a influência dos conteúdos relacionados à coordenação motora geral, desenvolvidos em aulas, na sua formação.

A coordenação motora geral foi um dos temas que contribuiu mais (75%) para a formação dos alunos, segundo a percepção do grupo pesquisado (Figuras 1 e 2).

Dos que consideraram que a coordenação motora geral trabalhada durante as aulas de Educação Física Escolar contribuiu para sua formação, verificou-se que 0,5% consideraram muito boas, 43% consideraram boas e 52% consideraram regular.

⁹ Segundo PIAGET, citado por FREIRE (1994 p.39), a Seriação é uma estrutura de pensamento que permite ao sujeito saber que um dado elemento, por exemplo, um número, um bastão, uma bola, é menor que os seguintes e maior que os anteriores, ao mesmo tempo.

A noção de Classificação permite que o sujeito compreenda que todo objeto, ou conjunto de objetos, pertence a uma classe particular, a qual por sua vez, inclui-se numa outra maior, e assim por diante. Para somar dois objetos, por exemplo, é preciso incluí-los numa mesma classe.

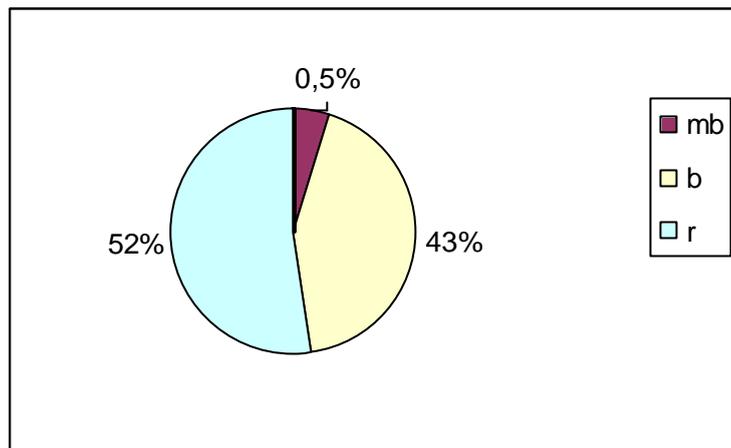


Figura 2 – Grau de importância dos que consideram que a coordenação motora geral contribuiu na sua formação (muito boa, boa ou regular).

Segundo os alunos, houve uma estreita relação entre as aulas, que tiveram como tema central a coordenação motora geral, e as várias atividades práticas desenvolvidas pelo curso técnico.

A maioria dos alunos entendeu ser a coordenação motora geral importante para o seu desenvolvimento como um todo.

Segundo relato dos próprios alunos, a maioria das atividades foi bastante interessante. Realizaram-se vários tipos de exercícios que atendiam ao desenvolvimento das coordenações motoras, tendo-se o cuidado de sempre colocá-los de forma crescente de dificuldade, permitindo assim que a maioria dos alunos superassem suas dificuldades à medida que fossem alcançando êxitos nas tarefas propostas. Muitas dessas atividades foram realizadas nas aulas de Natação¹⁰

b) Aptidão Física

Pode-se definir a Aptidão Física como sendo a capacidade de realizar trabalhos musculares de forma satisfatória. MATTOS (2000 p. 43)

Apesar do pouco material e local inadequado existentes no CTUR para as aulas de Educação Física, no item relacionado à aptidão física, os alunos tiveram uma excelente receptividade, e em especial destaque no conteúdo “musculação”. Isso comprova a importância que os jovens dão à parte estética, por outro lado comprova a hipótese comentada em capítulos anteriores de que no imaginário dos alunos a Educação Física desenvolve quase que exclusivamente o “corpo”.

Geralmente o conceito de aptidão física está relacionado à saúde. Nessa área pode-se listar, de uma maneira geral a resistência cardiorespiratória, a força, a resistência muscular e a flexibilidade, entre outras capacidades.

Entre os fatores que interferem na aptidão física estão os níveis habituais de atividade física, a dieta e a hereditariedade. Todos esses fatores influenciam diretamente o

¹⁰ Pernadas e braçadas utilizando vários ritmos, velocidades e combinações diferentes, juntamente com a respiração própria dos vários estilos da Natação.

sistema biológico, (pressão arterial, composição corporal, distribuição de gorduras, etc. MATTOS (2000).

Os processos de ajustamentos do organismo humano dependem das variações habituais dos níveis de atividades físicas (treinamento ou falta de prática de uma atividade física adequada), ou seja, o sedentarismo e a prática regular de atividades físicas podem provocar adaptações positivas ou negativas no indivíduo, conseqüentemente, quanto maior o nível de atividade física, melhor será a condição física desse indivíduo.

Não somente as características de cada profissão influenciam o nível de aptidão física do indivíduo, mas também o que ele realiza nos tempos livres de forma repetitiva por um determinado período de tempo.

A aptidão física foi o item mais votado pelos alunos. A grande maioria (96%) achou que ela contribuiu para a sua formação (Figura 3).

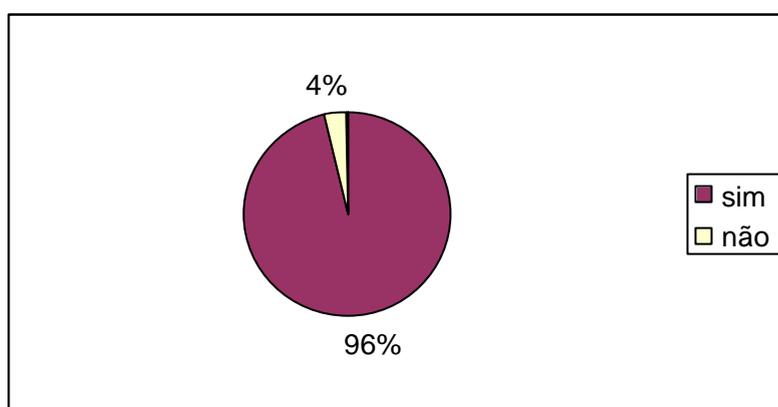


Figura 3 – Opinião dos alunos quanto a contribuição dos conteúdos relacionados à aptidão física, desenvolvidos em aulas, para sua formação.

Dos que responderam afirmativamente, 63% dos alunos considerou que foi boa essa contribuição, 22% muito boa, e 15% achou regular (Figura 4).

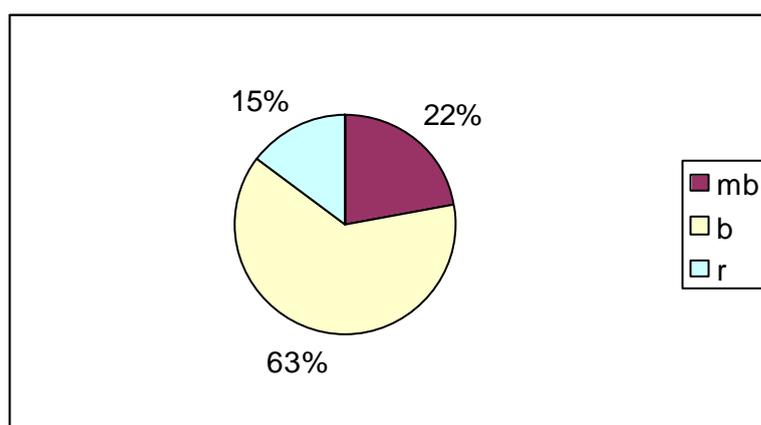


Figura 4 – Grau de importância sobre a opinião dos que consideraram que os conteúdos relacionados à aptidão física desenvolvida em aulas influenciaram a sua formação

c) Auto-Estima

O conceito que se tem de si mesmo é fundamental para se viver bem e ser feliz. A imagem que todos nós formamos de nós mesmos, através de nosso desenvolvimento e de nossa história de vida, nos diz quem nós somos, o que podemos esperar dos outros e de nós.

A idéia de auto estima está intimamente relacionada à construção do esquema corporal. Segundo AMORIM (1986), a construção do esquema corporal – tomada de consciência do corpo – não se faz por aprendizado mecânico e estanque das partes do corpo. Esse esquema Constrói-se no corpo real – do próprio indivíduo e dos outros – pela descoberta das diferentes relações entre as partes e a totalidade.

Apesar de difícil de ser trabalhado, pois envolve o corpo em relação ao meio social (escola e colegas de turma) a auto-estima talvez seja considerado o tema mais importante para o desenvolvimento da personalidade dos alunos.

O corpo só pode se diferenciar como instrumento funcional e como meio de relação quando suas propriedades e seus limites forem conscientemente experimentados. A experiência do corpo em relação a si mesmo e ao seu meio conduz o sujeito a construir esquemas, os quais funcionam como estruturas interiores, BRUNER (1997).

Trabalhar o conhecimento de si-mesmo no ensino técnico pode constituir-se numa oportunidade de “ressignificar” o esquema corporal, muitas das vezes mal construído na infância. São esses esquemas ou conhecimentos constantes de seu corpo que permitem ao sujeito realizar suas diferentes ações e continuar suas experiências até a elaboração definitiva do seu eu.

A maioria das experiências do indivíduo (prazer, dor, sucesso ou fracasso) são vividos primeiramente com o seu corpo, São mais frequentes na primeira infância e depois na adolescência.

O ser humano se desenvolve através da comunicação, isto é, através das trocas que ele assegura com o meio. Essas trocas podem ser de ordem biológica, cultural, sensorial... mas também afetivas e cognitivas. Elas podem expressar as modalidades, as significações ou tonalidades mais diferentes. O desenvolvimento e a organização da personalidade são o resultado atual das trocas que o ser tem assegurado com os dados do mundo atual, isto é, o eu, o mundo dos outros e a realidade das coisas. Cada indivíduo é o resultado de uma dupla trajetória: a história genética, que são trocas asseguradas pelos ascendentes e que são inscritas como potencialidades nas estruturas dos cromossomos; e as histórias pessoais, que são as trocas asseguradas e assumidas pelo sujeito.

O estar no mundo é, então, um conjunto de interações, de rede de comunicação aberta e é a estrutura particular desse conjunto que lhe dá suas características pessoais, caracteres necessariamente originais. O indivíduo primeiramente percebe o mundo que o envolve através do seu corpo e da sensorialidade, que permitem apreender o mundo exterior. Entretanto, é a ação que dá um sentido à informação. Sensações, percepções e ações constituem um ciclo que se desenvolve, se enriquece, se organiza, se estrutura, para construir a personalidade. Todos os modos de relação e o próprio conhecimento são aspectos da comunicação indivíduo/mundo e estão estreitamente ligados à ação corporal, VAYER (1984).

A maioria dos alunos (79 %), considerou que as atividades realizadas nas aulas de Educação Física Escolar foram importantes para que a sua auto-estima melhorasse (Figura 5).

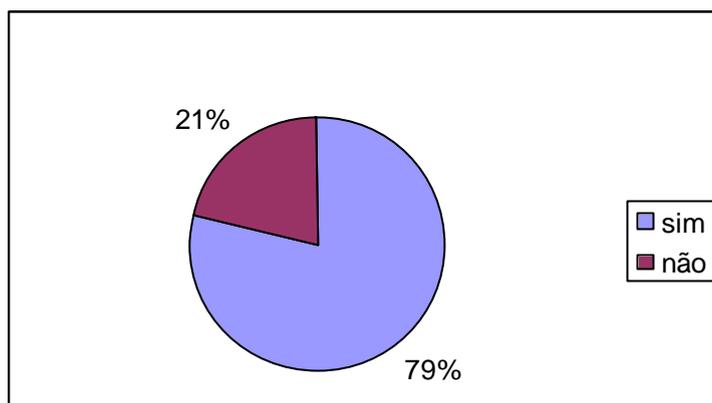


Figura 5 - Opinião dos alunos quanto à contribuição dos conteúdos desenvolvidos em aula, relacionados a auto estima, para sua formação.

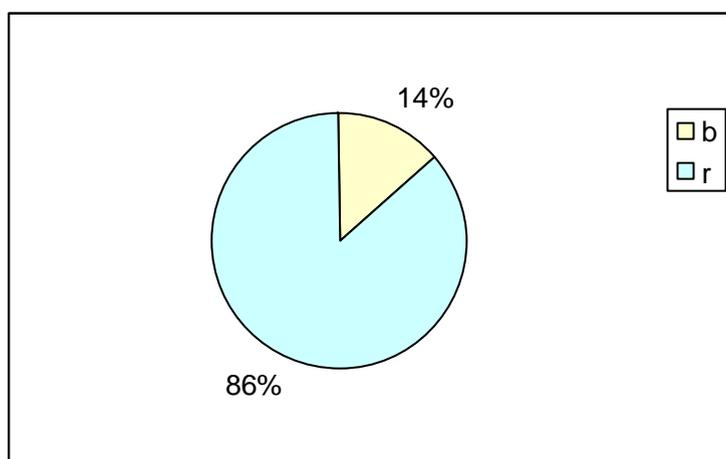


Figura 6 – Grau de importância sobre os conteúdos relacionados a auto-estima dos alunos desenvolvidos em aula.

A Figura 6 mostra que 86% consideraram razoável essa melhora; e 14%, boa. Uma das explicações para isso se dá pelo fato das atividades desenvolvidas serem realizadas com bastante naturalidade e em ambiente favorável para esse tipo de trabalho (salas limpas, silenciosas, bosques etc..) Os conteúdos apresentados foram acompanhados de recursos que permitiram um melhor relaxamento (música de fundo ou o próprio som da natureza). Os conteúdos mais utilizados foram o relaxamento, alongamento a sensibilização.

Embora difíceis de serem trabalhadas, as atividades que exigiam contato corporal mais próximo com os colegas foram as mais aceitas pelos alunos. Esse fato demonstra a necessidade do CTUR oferecer atividades (outras disciplinas) que utilizam o corpo como uma das ferramentas de trabalho (por exemplo, Educação Artística). Isso permitiria um trabalho interdisciplinar com a Educação Física, contribuindo para a formação do esquema corporal dos alunos e conseqüentemente para o seu desenvolvimento como um todo.

d) Competências Laborais

Para Lê Boterf (1994), citado por RAMOS (2000), “A competência não é um estado, mas um processo”. Possuir conhecimentos ou capacidades não significa ser competente; compara competência a um “saber mobilizar”. Para esse autor, a mobilização desses conhecimentos exerce-se em situações complexas, que obrigam a estabelecer o problema antes de resolvê-lo; e a transferência de qualquer conhecimento para as situações reais não é automática.

O autor lembra que as noções fundamentais foram estudadas também na escola e quase sempre fora de qualquer contexto. Portanto, a transferência do conhecimento para a situação real depende do quanto de exercícios foram realizados de forma contextualizada, permitindo ao indivíduo criar a sua própria estratégia. Segundo o autor, ”

“Muitos dos conhecimentos adquiridos na escola podem permanecer inúteis para o resto da vida, como” letras mortas; tais como capitais imobilizados por não saber investir neles conscientemente “.

BERGER (1998, p. 8 e 2000, p.5), citado por RAMOS (2000), define competências por:

“Esquemas mentais, ou seja, as ações e operações mentais de caráter cognitivo, sócio-afetivo ou psicomotora que, mobilizadas e associadas a saberes teóricos ou experiências, geram habilidades, ou seja, um saber fazer”.

As competências de um modo geral seriam as operações mentais cognitivas, sócio-afetivas ou psicomotoras que deveriam ser construídas pelos estudantes, tendo como conteúdos às habilidades, as bases tecnológicas, as bases científicas e as bases instrumentais.

No caso do Técnico Agrícola, além das competências gerais necessárias para a sua formação cidadã, há que se considerar as competências listadas na forma da Lei.

Essas competências referem-se ao perfil de competências, que caracteriza o profissional de nível técnico das respectivas áreas, contidas no parecer CNE/CEB nº 16/99 e na resolução nº 04/99, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Profissional de Nível Técnico.

Segundo a legislação em questão,

“As competências laborais para a área de Agropecuária compreendem atividades de produção animal, vegetal, paisagística e agroindustrial, estruturadas e aplicadas de forma sistemática para atender as necessidades de organização e produção dos diversos segmentos da cadeia produtiva do agronegócio, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social”.

Apesar desse item ser considerado um dos mais importantes para a formação do Técnico Agrícola, pois as competências laborais são efetivamente o que o mercado de trabalho exige, na prática, boa parte dos alunos (54%) não considerou importantes as atividades desenvolvidas durante as aulas de Educação Física Escolar que tinham como objetivos a aquisição das referidas competências na sua formação (**Figura 7**).

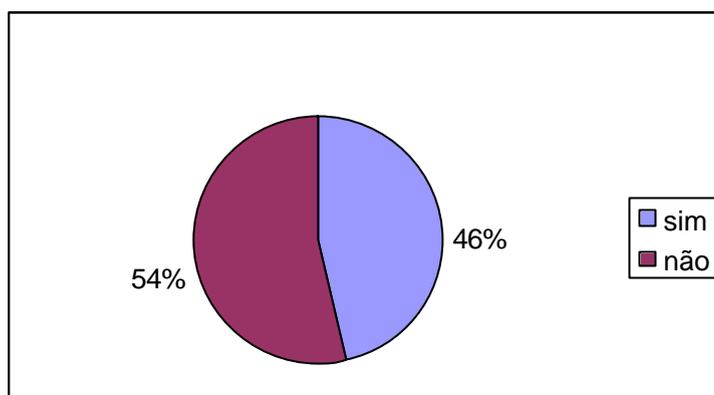


Figura 7 – Opinião dos alunos sobre a influência dos conteúdos relacionados às competências laborais, desenvolvidos em aulas, para sua formação.

Isso pode ser explicado de duas formas: primeiro existe na sociedade a representação social de que a Educação Física está voltada somente para o desenvolvimento dos aspectos físicos do indivíduo, ou seja, à sua aptidão física de uma maneira geral. Segundo, a maioria dos alunos traz na sua história de vida, esse tipo de representação social. Sendo assim, pode ter havido uma certa dificuldade desses alunos relacionarem a Educação Física Escolar com as competências laborais, uma vez que essas competências referem-se mais ao “fazer” no aspecto cognitivo e não no aspecto motor (opinião dos alunos).

Um outro aspecto que levou a maioria dos alunos a considerar que a Educação Física Escolar não colaborou para a aquisição dessas competências, foram às dificuldades em os alunos aceitarem que outra área de estudo pudesse interferir/colaborar de alguma forma para sua formação técnica.

A maioria dos alunos declarou ser as “competências” um tema que somente deva ser abordado entre os profissionais da área técnica. Esse argumento é reforçado por boa parte dos professores dessa área, dificultando ainda mais as propostas interdisciplinares do CTUR.

No que se refere ao “fazer” em relação às competências necessárias para a formação do técnico agrícola poder-se-ia dar mais atenção ao aprendizado motor específico para cada tarefa, dessa forma os alunos teriam melhores condições de relacionar o ensino técnico com a Educação Física, uma vez que a representação social em relação a Educação Física está mais relacionado ao “fazer”, no sentido de execução de tarefas.

Esse tema foi trabalhado com os conteúdos de Educação Física Escolar que tinha como foco principal o “jogo”.

e) Cooperação

O jogo pode ser definido como toda a atividade que tem como primeiro objetivo o “prazer” (CABRAL-1990).

O “jogo” é um dos instrumentos mais importantes para se trabalhar a cooperação entre os alunos, principalmente quando utilizamos os “jogos cooperativos” – jogos motores

e brincadeiras que têm como objetivo superar desafios e não derrotar adversários. Dessa forma, joga-se “com” o outro e não “contra” o outro.

Esse tipo de atividade é fundamental para se construir o sentido de cooperação, porque aumenta a segurança nas capacidades pessoais e contribuem para a sensação de pertencer a um grupo. Num sistema de cooperação, cada uma das partes e o todo ganham.

Os jogos cooperativos, pelas características apresentadas nos capítulos anteriores, mostram-se como uma das atividades mais importantes dentro da Educação Física Escolar no que se refere ao tema “cooperação” no ensino técnico agrícola. Esse fato foi observado na maioria dos alunos, após as aulas que envolviam esse tema, pois esses alunos relataram que, ao término das aulas, se sentiam mais tranquilos e dispostos a se envolverem em projetos relacionados à cooperação.

Esse foi um dos itens que mais influenciaram a formação dos alunos (Figura 8) (82%), segundo eles mesmos.

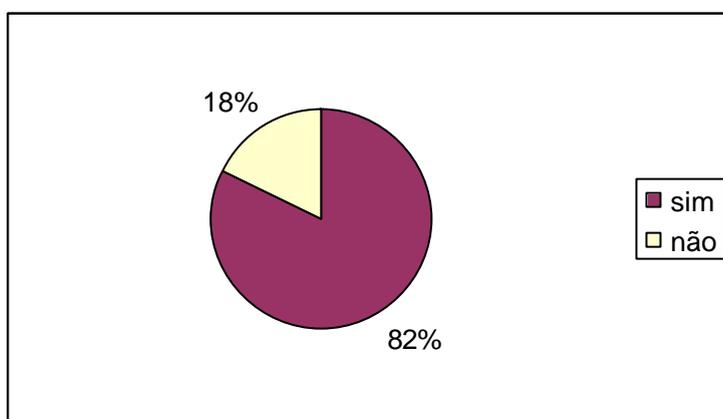


Figura 8 – Opinião dos alunos quanto à influência dos conteúdos relacionados à cooperação, desenvolvidos em aulas, para sua formação.

Dos que responderam afirmativamente, 13% consideraram muito boa a influência da Educação Física Escolar; 48%, boa, e 39% consideraram regular essa influência (Figura 9).

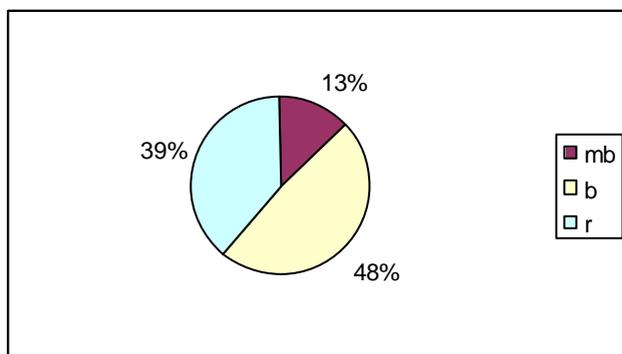


Figura 9 – Grau de influência dos conteúdos relacionados à cooperação, desenvolvidos nas aulas.

Uma das explicações para esse resultado é a de que os “jogos cooperativos”, trabalhados nas aulas, tiveram uma receptividade muito grande entre os alunos, por ser um tipo de atividade pouco conhecida e sua prática acontecer num clima de total descontração e alegria.

f) Desenvolvimento Cognitivo

A importância das atividades psicomotoras e sócio-culturais para o desenvolvimento cognitivo são extensamente abordada nos trabalhos de Piaget e Vigostsky, citados por Freire (1994). O autor, em seu livro “Educação de corpo inteiro”, demonstra como as atividades psicomotoras e sócio-culturais estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento cognitivo.

Com relação ao desenvolvimento da inteligência, é importante ressaltar os trabalhos de GARDNER (1994) sobre “Inteligências Múltiplas”. O autor concebe a inteligência em função de sete “modos ou classes” diferentes de conhecer o mundo. Para o autor, não há uma única inteligência, mas sim “inteligências múltiplas” e “independentes”.

Segundo o autor, o indivíduo expressa a sua genialidade em sete inteligências humanas:

Inteligência corporal e cinestésica – capacidade para utilizar e controlar o corpo e a motricidade em tarefas motoras complexas e em situações novas ou em manipular objetos de forma criativa e diferenciada para resolver novos problemas. Exemplo: dança e desporto, habilidades motoras no trabalho e na vida cotidiana.

Inteligência espacial – capacidade para relacionar o espaço próprio com o espaço envolvente, gerindo distâncias e pontos de referência, bem como perceber visoespacialmente objetos e combinar situações mentalmente. Exemplo: arte, engenharia e ciência.

Inteligência lingüística – capacidade para adquirir, compreender, expressar e dominar linguagens, pondo em jogo a mestria da semântica, da fonologia, da sintaxe e da pragmática. Exemplo – escrita, poesia e teatro;

Inteligência lógico-matemática – capacidade de compreender leis básicas da Natureza, bem como compreender a capacidade lógico-quantitativa que permite ordenar fatos, objetos, quantidades, etc. Exemplo: física, química, biologia, filosofia, matemática, gestão, (estatística e economia);

Inteligência musical – capacidade para combinar e compor sons não-verbais em seqüências rítmicas harmoniosas e melódicas;

Inteligência interpessoal – capacidade para estabelecer transições afetivas consigo próprio e com os outros, envolvendo o conhecimento dos sentimentos, temperamentos, humores e interações próprias e distingui-los dos de outras pessoas, integrando funções complexas de comunicação (não verbal e verbal) e de interação. Exemplo: psicanálise, psiquiatria e pedagogia;

Inteligência social – capacidade para compreender a condição e a natureza humana, bem como a dinâmica dos grupos sociais. Exemplo: sociologia e antropológica.

Inteligência naturalista – o indivíduo que consegue desenvolver trabalhos ligados à natureza, meio ambiente.

Inteligência pictórica – relacionada a artes gráficas e a artes plásticas.

Segundo o autor, não há uma inteligência mais importante que a outra, e todos têm condições de desenvolver qualquer uma das inteligências citadas. Existe um fator hereditário que vai influenciar o desenvolvimento dessas inteligências, sendo que o meio social é considerado fundamental para esse desenvolvimento.

Nesse aspecto, a possibilidade de utilizarmos vários tipos de inteligências no processo ensino-aprendizagem abre um caminho infinito para construção do conhecimento.

Das inteligências citadas pelo autor, a que mais se aproxima da Educação Física Escolar é sem dúvida a Inteligência corporal e cinestésica, por utilizarem-se do corpo e de suas múltiplas possibilidades, como forma de expressão.

As inteligências múltiplas descritas pelo autor podem ser trabalhadas em conteúdos específicos da Educação Física Escolar com o objetivo de contribuir com determinada disciplina técnica. É o caso da disciplina Topografia, em que o aluno é obrigado a fazer medições em vários ângulos e distâncias diferentes. Nesse caso, os conteúdos relacionados a Educação Física Escolar, no que se refere a noções de distância em relação ao seu corpo e a outros objetos no espaço apresentam estreita ligação com as práticas de Topografia (noções de direita, esquerda, em volta de, em frente de, ao lado de, distante de etc...).

Nesse aspecto, a Educação Física Escolar pode contribuir sobremaneira no Ensino Técnico Agrícola, utilizando justamente as formas de expressão corporal como meio de construção de vários conhecimentos, que outras áreas de estudos necessitam.

Embora fossem apresentados conteúdos aos alunos que abordavam o desenvolvimento cognitivo, a maioria (79%) considerou que essas atividades realizadas nas aulas de Educação Física Escolar não contribuíram para a sua formação técnica (Figura 10).

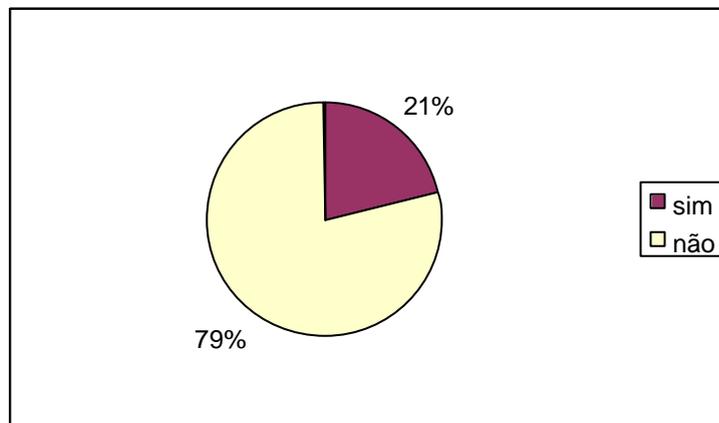


Figura 10 - Opinião dos alunos sobre a influência dos conteúdos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, desenvolvidos em aulas, para a sua formação.

Isso pode ser explicado devido à representação social que a maioria da sociedade tem em relação às atividades físicas é de que elas desenvolvem somente o “corpo”, ficando a “mente” para ser desenvolvida pelas matérias ditas “intelectuais”.

Os alunos não conseguiram fazer uma correlação entre o desenvolvimento cognitivo e a Educação Física Escolar. Relataram não entender como uma disciplina exclusivamente prática pudesse interferir, por exemplo, no seu rendimento intelectual.

O resultado desse item demonstra que a Educação Física deve buscar com outras áreas de estudos, projetos interdisciplinares, de forma que os alunos percebam as inter-relações/interfaces existentes entre diferentes áreas do conhecimento. Esse tipo de trabalho pode contribuir significativamente para que esses alunos modifiquem as suas representações sociais em relação às disciplinas de uma maneira geral.

g) Valores Éticos-Profissionais

Os valores morais, as regras, as normas, estão presentes em diversas esferas da nossa vida. Praticamente não existe vida social sem a presença de regras ou normas de conduta.

Segundo Leonardo Boff, em seu livro “A águia e a Galinha,” ética é “uma reflexão crítica sobre a moralidade, sendo um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, cujo objetivo é balizar as ações humanas”. Segundo o autor, sem ética, sem a referência a princípios humanitários fundamentais comuns a todos os povos, nações, religiões etc..., a humanidade já teria se despedaçado até a auto-destruição.

Muitas atividades da Educação Física Escolar estão diretamente relacionadas às questões morais e éticas, entre as quais, podemos destacar os Jogos e os Desportos.

Os desportos aqui considerados são principalmente aqueles “não formais,” citados na LDB 9394/96 Artigo 27, Inciso IV, que afirma “Os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão ainda as seguintes diretrizes: promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais”.

Os desportos “não formais”, citados na Lei, se referem àquelas atividades culturalmente estabelecidas no meio social e praticadas pela maioria dos jovens, principalmente nos horários alternativos. Como exemplo, temos a “Queimada”, o “Frescobol,” entre outros.

Os alunos relataram que não conseguiram fazer relações entre os valores ético-profissionais e a Educação Física Escolar, pois consideraram que esses aspectos teriam que ser tratados em outra matéria que não a Educação Física.

Nos conteúdos apresentados aos alunos durante as aulas, tentou-se fazer uma correlação desse tema com os desportos considerados não formais (queimada frescobol etc.). Entretanto, os alunos não demonstraram interesse nesse tipo de atividade. Observou-se nesse particular, que a maioria dos temas que envolvem a abstração, não são bem aceitos pelos alunos numa aula de Educação Física.

A Educação Física é uma área de estudo privilegiada para trabalhar “valores” e “ética-profissional”. Constitui-se num tema bastante pertinente no último ano de Agropecuária, pelo fato de os alunos estarem próximos do mercado de trabalho.

Apesar dos alunos considerarem esse tema importante para a sua formação, nas respostas desse questionário, a maioria (80 %) não conseguiu fazer uma correlação entre a Educação Física Escolar, valores e ética profissional (Figura 11).

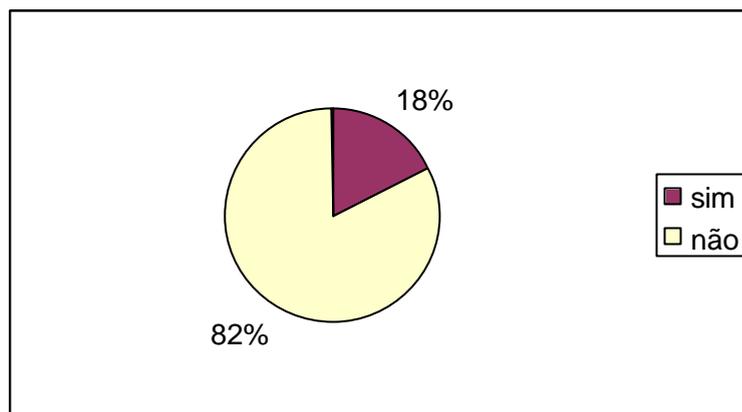


Figura 11 – Opinião dos alunos sobre a influência dos conteúdos relacionados a valores e ética profissional, desenvolvidos em aulas, para sua formação.

Essa percentagem negativa tem especial importância para a reformulação da Educação Física Escolar no sentido de reavaliar os conteúdos e estratégias utilizadas para essa finalidade.

h) Afetivo- Sociais

O afetivo social está intimamente relacionado ao desenvolvimento da imagem corporal do aluno. Segundo o PCN – Ensino Médio – MEC 1999

“A linguagem corporal-desenvolvida pela Educação Física, como também pela Arte, aglutina e expõe quantidades infinitas de possibilidades que a escola estimula e aprofunda.”

Ou; ainda; nas palavras de Vayer (1985 p.28)

“Sendo o corpo ao mesmo tempo, modo e meio de integração do indivíduo na realidade do mundo, ele é necessariamente carregado de significado. Sempre soubemos que as posturas, as atitudes, os gestos e, sobretudo, o olhar, exprimem as tendências e pulsões melhor do que as palavras, bem como as emoções e os sentimentos da pessoa que vive em uma determinada situação, em um determinado contexto”. (pág. 28).

Os alunos identificaram uma melhora significativa no comportamento da turma, em especial na sociabilidade e modo de tratamento entre eles

Nesse aspecto, considera-se que a Educação Física Escolar também pode contribuir bastante na formação dos nossos alunos através do trabalho do “corpo e sua corporeidade”.

A maioria dos alunos (79 %) considerou que foi importante esse tema para a sua formação (Figura 12).

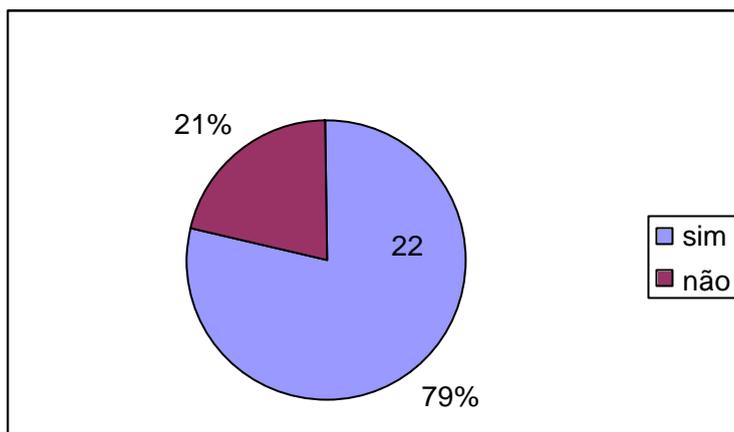


Figura 12 – Opinião dos alunos sobre a influência dos conteúdos desenvolvidos em aulas, relacionados ao afetivo social, para sua formação.

Dessa maioria, 50% consideraram boas a influencia da Educação Física Escolar na parte afetiva e social, 32% considerou regular e 18% muito boa (Figura 13)

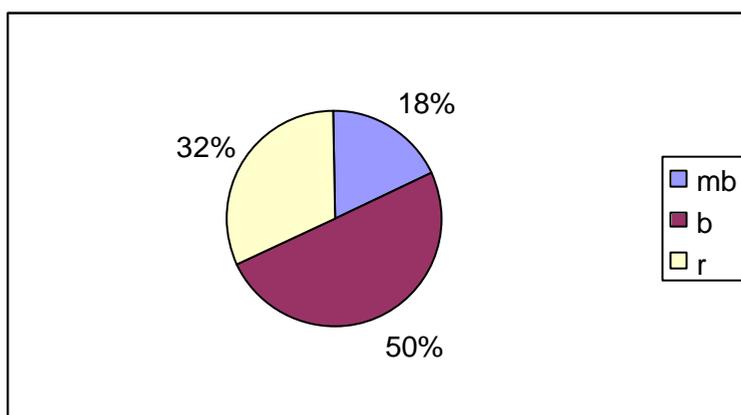


Figura 13 – Grau de influência dos conteúdos relacionados ao afetivo social, desenvolvidos em aulas, na sua formação.

Das atividades apresentadas, aquelas com as quais os alunos se identificaram foram às aulas sobre “relaxamento”, “alongamento” e “sensibilização”.

Os alunos também se identificaram com os jogos cooperativos, e relataram que no aspecto afetivo-social houve uma melhora significativa da turma.

i) Questão Geral

Ao ingressar no CTUR, o que você pensava da disciplina Educação Física no currículo de Agropecuária?

(14) Ainda não tinha um ponto de vista sobre isso

(9) Julgava ser muito importante

(5) Não considerava importante

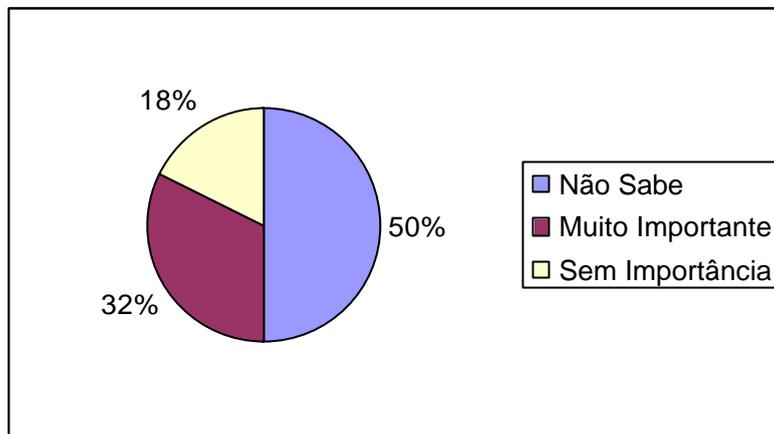


Figura 14 – Opinião dos alunos ao ingressarem no curso técnico sobre a importância da disciplina Educação Física.

Para fins de diagnóstico inicial, essa pergunta tem especial importância, pois podemos verificar qual a representação social que os alunos recém-matriculados fazem da Educação Física Escolar no Ensino Fundamental, e quais as suas expectativas em relação à essa área de estudo no Ensino Profissional.

As respostas a esses questionamentos nos permitirão fazer as interferências necessárias para os planejamentos futuros, na ocasião do início do curso técnico. Sem conhecermos o perfil desses alunos, não poderemos fazer um planejamento eficaz.

Segundo a Figura 14, o fato de boa parte (50 %) não terem ainda uma opinião sobre a disciplina Educação Física, demonstra a necessidade da instituição promover algum tipo de esclarecimento sobre essa área, e o setor de Educação Física organizar alguma forma dos novos alunos tomarem ciência dos tipos de atividades a que vão ser submetidos no ano letivo.

A percentagem (32%), que julgou ser muito importante a disciplina Educação Física Escolar no curso de Agropecuária, demonstrou estar mais esclarecida quanto à atuação dessa matéria na escola, e o número (18 %) de alunos que não julgou importante a Educação Física no ensino Agrícola revela a necessidade de uma atuação futura mais atraente em relação aos esclarecimentos a esses alunos, sobre a importância dessa unidade de estudo para a sua formação.

A necessidade de apresentar um capítulo referente à análise de dados levou o autor dessa dissertação a buscar subsídios nos próprios temas apresentados em aula. Esses temas foram bastante trabalhados nos anos anteriores, mais ainda no segundo semestre de 2004 devido à necessidade de incluí-los nesse questionário.

5 CONCLUSÕES

As atividades (conteúdos) desenvolvidas com os alunos durante os três anos de curso, e mais especificamente aquelas apresentadas no terceiro e último ano de Agropecuária Orgânica, além de fazerem parte das aulas normais de Educação Física, serviram como subsídios para esses alunos responderem ao questionário aplicado nessa dissertação. Entretanto, foram encontradas algumas dificuldades nessa etapa: os temas apresentados no questionário foram demasiados (10 itens); alguns desses temas possibilitavam dúvidas interpretações, visto que possuíam várias atividades em comum. Como exemplo, podemos citar o ítem 4.9 (relativo ao afetivo-social) e o ítem 4.4 (relativo à auto-estima). Para atender a esses dois temas, foram apresentadas praticamente as mesmas atividades (segundo relato dos próprios alunos).

Um dos fatos mais significativos relativo ao Diagnóstico de Observação foram os dois encontros com a turma. O primeiro destinou-se aos esclarecimentos do questionário, seus objetivos, a importância da fidedignidade das respostas, além de outros aspectos. O segundo destinou-se a fazer uma avaliação e comentários das respostas.

No primeiro encontro os alunos foram alertados quanto à importância da fidedignidade das respostas e também para que não fizessem juízos de valor das atividades. No segundo encontro, observou-se que determinadas respostas foram dadas segundo a afinidade de cada um em determinada atividade. Por exemplo, os alunos que responderam afirmativamente na pergunta 4.3 (relacionada à influência da Aptidão Física na sua formação), relataram que essas atividades (nesse caso foi dada uma especial atenção à Musculação) eram as que eles gostavam mais, porque “ficavam com o corpo mais sarado” (segundo eles próprios).

Nos comentários realizados sobre as respostas do questionário (segundo encontro), verificou-se uma certa dificuldade para os alunos aceitarem a opinião de seus colegas sobre as atividades realizadas na Educação Física. Esse fato foi logo contornado através de um grande debate sobre a importância de cada um respeitar a liberdade do outro. De qualquer maneira, mesmo com algumas dificuldades encontradas vale registrar a grande participação da turma na realização do questionário.

É importante ressaltar que além das questões teóricas sobre a Educação Física abordada no ensino profissional terem proporcionado um avanço significativo nos meus conhecimentos, o Diagnóstico de Observação em forma de questionário aplicado aos alunos (mesmo sob a forma de respostas reduzidas (sim e não), possibilitou para a minha prática de aula, um salto de qualidade significativo, porque retratou a minha realidade no CTUR.

A preocupação com o caráter global dado a esse trabalho se justifica pelos objetivos da Educação Física Escolar no ensino agrícola em desenvolver nos alunos as suas múltiplas capacidades, através de conteúdos diversificados, levando-se em consideração a possibilidade de os alunos utilizarem esses conhecimentos construídos nessa disciplina, na sua formação profissional e no seu projeto de vida.

Foi através desses objetivos que se tentou fazer uma relação entre essa disciplina e as novas diretrizes da Educação Profissional, propostas pelo documento “Propostas de Políticas Públicas para o Ensino Profissional Técnico e Tecnológico” (SEMTEC –MEC) e pelo Decreto 5154/2004.

O motivo dessa relação se deu a partir do momento em que se percebeu que os objetivos da Educação Física Escolar estão contemplados nessas novas propostas da SEMTEC, que resgatam toda uma Educação geral sólida, de qualidade.

A Educação Física Escolar buscou também conexões no Decreto anterior (2208/97), que diz respeito ao “fazer” na área técnica, através da Aprendizagem motora, que é uma área de atuação da Abordagem Psicomotora.

Dentre todos os conteúdos apresentados pela Educação Física Escolar nos três anos de formação do técnico agrícola (2002/2004), alguns se destacaram como sendo atividades que envolveram mais os alunos de uma forma global; portanto, estiveram mais próximas dos objetivos da educação Física Escolar propostas neste trabalho.

Dentre esses conteúdos, os jogos cooperativos se destacaram pelo fato de serem atividades inéditas, realizadas em locais tranquilos e sem a demasiada importância dada às competições.

No caso específico dos jogos cooperativos, é importante ressaltar a participação dos Estagiários de Educação Física da UFRRJ, supervisionados pelo Instituto de Educação desta universidade.

Um outro conteúdo considerado importante na formação dos alunos, que teve uma aceitação muito boa entre eles, foram as atividades de “corpo” voltado à construção do seu esquema corporal. Essas atividades foram realizadas em ambiente especial (silencioso, com música de fundo etc). Os conteúdos foram voltados para atividades que envolveram o “próprio corpo’ e o corpo do” outro”.

A Educação Física Escolar apresentada aos alunos do CTUR, embora procurasse estreitar o vínculo com o projeto político-pedagógico da Instituição, bem como com o contexto maior da educação, apresentou algumas dificuldades. Para superá-las, alguns aspectos devem ser considerados:

A grande maioria dos alunos do curso técnico-agrícola opta por fazer vestibular e não por ingressar no mercado de trabalho; possibilidade essa proporcionada ao término desse curso técnico. Isso se explica, em parte, pela grande “pressão” que a sociedade faz em colocar como única alternativa de sucesso a entrada numa Universidade (de preferência pública), o que faz com que a maioria dos alunos ingressem no Ensino Técnico, não pelos cursos que oferecem, mas sim pela oportunidade de fazer um Ensino Médio de qualidade oferecido pelas Escolas Técnicas. A Essa ausência de atrativo, por parte dos alunos, na profissão técnica, atribui-se também a fragilidade do CTUR, e de governos de uma maneira geral no que diz respeito às políticas públicas existentes de inserção no mercado de trabalho dos egressos do ensino profissional.

Independente das mudanças que estão acontecendo a nível nacional, apresentada pelo documento “Propostas de Políticas Públicas para o Ensino Profissional e Tecnológico”, a nível local, seria interessante as Escolas Técnicas oferecerem cursos compatíveis com a necessidade do mercado de trabalho da região. Podemos citar como exemplo, o próprio CTUR que transformou o seu curso de Técnico em Economia Doméstica-que não tinha nenhuma perspectiva de mercado, no curso de Hotelaria-que oferece boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Levou-se em consideração para essa troca, o potencial hoteleiro existente na região do Médio Paraíba e no Litoral Sul do Rio de Janeiro. A própria Educação Física Escolar se adequou a essa nova realidade, oferecendo para o curso de Hotelaria, um programa voltado para Recreação e Lazer em Hotéis-Fazenda.

O fato dos alunos do CTUR optarem por não ingressar na carreira técnica impede que a Educação Física tenha mais aceitação entre os alunos, principalmente os alunos do último ano, pois esses alunos, ao escolherem o vestibular como meta, acabam por se preocuparem apenas com as disciplinas do vestibular, não conseguindo visualizar a existência de uma Educação Física que pode contribuir na sua formação técnica.

Sobre valor ético-profissional, citado no questionário, apesar de constituir-se num tema transversal que deva ser inserido em qualquer disciplina, verificou-se muita dificuldade em discuti-lo com os alunos, ou mesmo tentar introduzi-lo através de atividades que pudessem fazer algum tipo de conexão com o ensino técnico. Conclui-se daí a importância da instituição em desenvolver um trabalho multidisciplinar, embora se verifica uma certa resistência, principalmente dos profissionais da área técnica.

Outro aspecto a ser ressaltado, diz respeito às representações sociais dos alunos e dos professores em relação à Educação Física Escolar. Apesar de haver um entendimento geral quanto à importância das atividades físicas na educação técnica, a disciplina Educação Física ainda é objeto de um grande descaso. O que se observa é uma representação social distorcida em especial à Educação Física praticada na escola. Representação essa que insiste em relacionar a Educação Física Escolar com o desenvolvimento corporal unicamente e que “urge” seja enterrada definitivamente.

A Educação Física no Colégio Técnico tem se mostrado de forma multifacetada, diversificada, portanto mais própria para as necessidades atuais. O importante nisso tudo é que o aluno do Ensino Técnico Agrícola adquira nos três anos de curso a capacidade de integrar à sua vida uns programas individuais, autônomos e contínuos de atividade física e que a Instituição como um todo identifique a Educação Física Escolar como uma área de atuação necessária na formação do aluno.

A relevância social de um programa de Educação Física Escolar no Ensino Agrícola se dá a partir do momento que os conteúdos nelas desenvolvidos se vinculam à realidade dos alunos do CTUR, ou seja, à necessidade que esse aluno tem em utilizar esses conhecimentos não somente para a aquisição de habilidades motoras específicas que permitam um melhor desempenho profissional, mas também, e principalmente, do entendimento da importância da “cultura corporal”, na sua formação.

De todas as possibilidades existentes na Educação Física Escolar, como em qualquer outra área de estudo que tem a pretensão de contribuir com a formação dos nossos jovens, há que se considerarem sempre as motivações políticas determinantes na implantação da reforma educacional aplicada no Brasil e na América Latina de modo geral, sobre a qual é indispensável à leitura crítica dos professores. Se por um lado é possível observarem-se princípios pedagógicos desejáveis nos textos dos documentos que regulamentaram as mudanças educacionais brasileiras, por outro, é fundamental estar atento às determinações de um sistema político-sócio-econômico que, apesar de apresentar-se aparentemente envolvido com preocupações sociais como a educação, por exemplo, a rigor, tem somente o objetivo de atender às necessidades do mercado, estimulando a consolidação de uma sociedade fundada numa competitividade exponencial e na inaceitável exclusão dos “incompetentes”.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, M. Atirei o pau no gato. São Paulo: Editora Brasilienses, 1986.
- BENTO, J. O. As funções da Educação Física. IN: Revista Horizonte, nº 45, 1991.
- BETTI, M. Educação Física e sociedade. São Paulo: Editora Movimento, 1991.
- BOFF, L. A Águia e a Galinha, Vozes, Petrópolis: 1997.
- BRUNER, J. Atos de Significação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CABRAL, A. Teoria do Jogo. Ed. Notícias – Lisboa Portugal, 1990.
- CHAZAUD, Jaques, Introdução a Psicomotricidade: Ed. Manole, 1976.
- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
- DANTAS, A.S. Política Educacional e Configurações dos Currículos de formação de técnicos em Agropecuária, nos anos 90: Regulação ou Emancipação? (tese de doutorado – UFRRJ-RJ). 2003.
- DELLORS, J. Educação: Um tesouro a descobrir. 8 ed. S. Paulo: Cortez/ Brasília, DF: MEC/UNESCO . 2003.
- DEMO, P. A nova LDB: Ranços e Avanços. São Paulo: Papirus, 1997.
- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Tendências e Desafios – Seção Sindical dos Docentes do CEFET-PR – SINDOCEFET – PR – Coletânea – Gráfica e Editora Popular – Curitiba PR. 2000.
- FAZENDA, I. (org) Interdisciplinaridade e novas Tecnologias: Formando Professores. Campo Grande. UFMS, 1999.
- FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: Ed. Scipione, São Paulo, 1994.

- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da Educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GARDNER, H. Estruturas da mente: A teoria das Inteligências Múltiplas, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.
- GUEDES, D. P. & GUEDES, J. E. R. P. Controle do peso corporal, Composição corporal, atividade fis. e Nutrição. Londrina, Ed. Midiograf, 1998.
- KUENZER, A. Z. (org.) Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho: São Paulo: Cortez, 2001 2ª ed.
- LE BOUCH, J. O desenvolvimento psicomotor. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- LIBÂNEO, J. C & PIMENTA, S. G. (Coord.) Metodologia de Ensino de Educação Física São Paulo: Cortez, 1992.
- MACHADO, L. A Educação e os Desafios das Novas Tecnologias- mimeo.
- MACHADO, L. Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1989.
- MATTOS, M.G. Educação Física na Adolescência: Construindo o Conhecimento na Escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.
- MEDINA, J. P. S. Educação Física cuida do corpo e ...mente. Campinas, Papyrus, 1983.
- OLIVEIRA, V. Educação Física Humanista. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- OTRANTO, C. R. – A universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Construção da sua Autonomia (Tese de Doutorado) UFRRJ/ CPDA, 2003, 210 f.
- PERRENOUD, P. Construir competências desde a escola. Porto Alegre: Ed, Artes Médicas Sul LTDA, 1999.
- RAMOS, M. A pedagogia das competências: Autonomia ou Adaptação? S. P, 2001.

SANTOS, D. Bezerra, Normatização de Trabalhos Acadêmicos. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural – 2003.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 24 ed, São Paulo: Cortez/Autores associados, 1991.

SOLLER, R. Jogos cooperativos: Rio de Janeiro: Ed. Sprint. 2001.

TANI, G; MANOEL, E.J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J.E. Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo, EPU/EDUSP,1988.

TEDESCO, J.C. Profesionalización y capacitación docente. Disponível em [http:// www. Orozco. Cc/ Tedesco/tedesco 2. htm](http://www.Orozco.Cc/Tedesco/tedesco2.htm). Acesso em: 18 set 2004.

TUBINO, M.J. As Qualidades Físicas na Educação Física e Desportos: São Paulo – Ibrasa, 1979.

VAYER, P. A criança diante do mundo. Porto Alegre: Artes Médicas –1984.

ZARIFIAN, P. Objetivo competência: Por uma lógica. Rio de Janeiro: Atlas, 2001.

7 LEGISLAÇÃO DE APOIO

Brasil: Decreto 50133- 1968- Integração do colégio Ildefonso Simões Lopes da UFRRJ.

Brasil: Decreto Federal 2208/97, Portaria MEC nº 646/97, Portaria MEC/ Mtb nº 1005/97. Brasília, Congresso Nacional, 1997.

Brasil: Decreto Federal 5154/2004 – Institui novas diretrizes para o Ensino Profissional Técnico e Tecnológico. Brasília, Congresso Nacional, 2004.

Brasil: Lei – 7024/82 – Substitui “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”. Brasília, Congresso Nacional, 1982.

Brasil: Lei 4024/61- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Congresso Nacional, 1961.

Brasil: Lei 5692/71- Fixa as Diretrizes e Bases para o 1º e 2º Graus e dá outras providências. Brasília, Congresso Nacional, 1971.

Brasil: Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Congresso Nacional, 1996.

Brasil: Lei Federal 8948/94- Cria o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SEMTEC). Brasília, Congresso Nacional, 1994.

Brasil: Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – Ensino Médio – MEC.

Brasil: Resolução 03/04/CNE/CEB SENTEC/MEC – Instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Profissional de Nível Técnico em 2000 pela SENTEC /MEC.

Novo Estatuto da UFRRJ – 1972 – Artigo 125- Estabelece a fusão da Escola Técnica de Economia Doméstica com o Colégio Ildefonso Simões Lopes, passando a se chamar “Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –CTUR – UFRRJ”.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS -PCN - ENSINO MÉDIO – MEC.

Propostas de Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica – (SEMTEC-MEC)-2003.

Regulamentam os artigos 30 a 42 da LDBN 9394/96: Portaria MEC 646/97, Portaria 1005/97, Portaria MEC/ Mtb 1018/97, Lei federal 9649/98. Brasília, 1996/1997.

g) Valores ético-profissionais SIM () Muito bom () Bom () Regular ()
 NÃO ()

Obs.:

h) Afetivo-Sociais SIM () Muito bom () Bom () Regular ()
 NÃO ()

Obs.:

i) Questão geral Ainda não tinha um ponto de vista ()
 Julgava ser muito importante ()
 Não considerava importante ()